



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP
Gerência de Ações Urbanísticas - SEOSP-GAU

TERMO DE REFERÊNCIA

SUMÁRIO

1. [IDENTIFICAÇÃO](#)
2. [DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL](#)
3. [DO OBJETO](#)
4. [DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO](#)
5. [DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, DO MODO DE DISPUTA, DO REGIME DE EXECUÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO](#)
6. [DOS PRAZOS DO CONTRATO, PROJETOS E DA EXECUÇÃO DA OBRA](#)
7. [APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS PRODUTOS](#)
8. [DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA](#)
9. [DA HABILITAÇÃO TÉCNICA](#)
10. [DAS HABILITAÇÕES JURÍDICA; FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA; ECONÔMICO-FINANCEIRA](#)
11. [SANÇÕES ADMINISTRATIVAS](#)
12. [DA INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO E PENALIDADES](#)
13. [DO INSTRUMENTO CONTRATUAL](#)
14. [DA GARANTIA DO CONTRATO](#)
15. [DO REAJUSTE DO CONTRATO](#)
16. [DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO](#)
17. [DA ESTIMATIVA DA DESPESA](#)
18. [DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DOS PESOS ATRIBUÍDOS](#)
19. [DAS PROPOSTAS DE PREÇOS](#)
20. [FÓRMULA PARA CÁLCULO DO RESULTADO FINAL](#)
21. [CASO DE EMPATE](#)
22. [DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO](#)
23. [DAS CONDIÇÕES DE ACEITE DOS SERVIÇOS E PAGAMENTOS](#)
24. [SUSTENTABILIDADE](#)
25. [DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA](#)
26. [DA SUBCONTRATAÇÃO e consórcio](#)
27. [DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA](#)
28. [DA MATRIZ DE RISCO](#)
29. [DA VISTORIA](#)
30. [DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS](#)
31. [IMPEDIDOS DE DISPUTAR LICITAÇÃO OU PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DE CONTRATO](#)
32. [DOS ANEXOS](#)

Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP

Departamento: Coordenação de Projetos e Orçamento - CPO

2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

Em atendimento ao disposto na legislação listada a seguir, elaborou-se o presente Termo de Referência, para que, através do procedimento pertinente, seja contratada uma empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura, para elaboração de projetos básico (ND 350), legal e executivo (ND400) de arquitetura, projetos complementares de engenharia, aprovação nos órgãos competentes, As Built (ND500) e execução da Reforma e Ampliação do Estádio Aluizio Ferreira, segue a legislação:

- a) Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- b) Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024 e suas alterações, que Regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

3. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a Contratação Integrada de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura, para elaboração de projetos básico (ND 350), legal e executivo (ND400) de arquitetura, projetos complementares de engenharia, aprovação nos órgãos competentes, As Built (ND500) e execução da 1ª Fase da Reforma e Ampliação do Estádio Aluizio Ferreira, sito à Rua Rui Barbosa, 980, bairro Arigolândia, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia. Os projetos deverão ser desenvolvidos em plataforma BIM (Building Information Modeling), conforme Diretrizes de Apresentação de Projetos.

Será fornecido pela CONTRATANTE o Anteprojeto Arquitetônico, o qual servirá de base para desenvolvimento dos demais projetos. O anteprojeto foi elaborado pela Coordenadoria de Projetos e Orçamento - CPO da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP. As áreas dos ambientes estão de acordo com as normas vigentes e a sua disposição segue os fluxos necessários para o correto funcionamento do Estádio.

Os projetos de engenharia e/ou arquitetura contemplarão a 1ª Fase do empreendimento expresso no Anteprojeto Arquitetônico e nas diretrizes deste Termo de Referência.

Qualquer alteração necessária deverá ser comunicada à CONTRATANTE para sua análise e aprovação.

Também será fornecido pela CONTRATANTE o projeto planialtimétrico e o laudo de sondagem do terreno. As licenças e aprovações nos órgãos competentes ficarão a cargo da CONTRATADA.

Deverão ser consideradas inovações tecnológicas ou técnicas para desenvolvimento dos projetos, no que se refere à sustentabilidade ambiental (soluções de conforto higrotérmico e acústico, eficiência energética, reaproveitamento de águas pluviais, soluções para minimização de resíduos sólidos e utilização de materiais menos poluentes). Deve-se propor metodologias construtivas para maior agilidade na execução da obra, propiciando soluções vantajosas à Administração. Recomenda-se a utilização de componentes pré-fabricados e processos racionalizados, conforme princípios da construção modular, enxuta e a seco.

O sistema construtivo escolhido deve permitir a manutenção de pé-direito mínimo dos ambientes com altura, conforme exigências da Legislação Municipal vigente. Também deve, preferencialmente, manter as tubulações de elétrica e hidráulica embutidas nas paredes. Caso seja proposta tubulação aparente, deverão ser utilizados eletrodutos, eletrocalhas e demais tubulações, sempre em material metálico, com aplicação de pintura eletrostática conforme Norma ABNT 6493, garantindo resistência mecânica, correta organização das instalações e estética agradável aos usuários.

As inovações tecnológicas e demais soluções escolhidas pela contratada devem considerar a relação custo-benefício das manutenções futuras e priorizar as alternativas que tenham disponibilidade de assistência técnica local.

A CONTRATADA ficará responsável pela elaboração do projeto executivo de arquitetura, contemplando todas as especificações e detalhamentos, assim como pela elaboração dos projetos complementares necessários para execução da obra, suas instalações e perfeito funcionamento.

Os projetos deverão ser executados por profissionais habilitados, obedecendo às normas técnicas e com aprovações dos órgãos competentes.

Os projetos deverão ser desenvolvidos em softwares vinculados à plataforma BIM, que possibilitam maior detalhamento e, conseqüentemente, tomadas de decisões mais assertivas e melhores alternativas de gerenciamento em todas as etapas de projeto e execução.

A partir da absorção de metodologias diversas, as quais serão apresentadas pelas empresas licitantes, a CONTRATANTE pretende obter redução do esforço de trabalho, aumento de produtividade, menores custos de obra com e maior efetividade executiva, melhoria na qualidade dos produtos entregues, redução de prazos e ganhos de planejamento.

Destaca-se o interesse da CONTRATANTE para que os resultados atendam a padrões de qualidade, durabilidade, prazo e segurança, o que deve ser observado pela CONTRATADA.

Projetos a serem elaborados:

1. PGRCC (Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil);
2. Projeto de Terraplenagem;
3. Projeto Arquitetônico em Nível de Desenvolvimento 400 (ND) executivo;
4. Projeto de Implantação e Paisagismo;

5. Projeto de Canteiro de Obras;
6. Projeto de Fundação;
7. Projeto Estrutural;
8. Projeto de Instalações Hidrossanitárias (água fria, esgoto, água quente com aquecimento solar, sistema de reaproveitamento de água da chuva, drenagem, irrigação e galeria de águas pluviais);
9. Projeto de Gás (GLP);
10. Projeto de Proteção Contra Incêndio e Pânico;
11. Projeto de Instalações Elétricas Comum e Estabilizada;
12. Projeto de Energias Renováveis;
13. Projeto de Cabeamento Estruturado, Lógica e Dados;
14. Projeto de Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA);
15. Projeto de Segurança e Sonorização: Circuito Fechado de TV e Alarme de Segurança Patrimonial;
16. Projeto Luminotécnico (com estudo visando a sustentabilidade e eficiência energética do edifício);
17. Projeto de Climatização, Exaustão, Ventilação e Coifas (visando a sustentabilidade e eficiência energética do edifício);
18. Projeto de Impermeabilização;
19. Projeto de Comunicação Visual;
20. Maquete Eletrônica (Renderização externa e interna gerados a partir do modelo);
21. Projetos Ambientais;
22. Orçamento e Cronograma físico-financeiro;
23. Gerenciamento e Compatibilização dos Projetos e Orçamento.

Além dos projetos listados, a CONTRATADA deverá elaborar:

- Laudo Arbóreo da Castanheira do Estádio Aluizio Pinheiro Ferreira, tombada como bem histórico pelo Decreto Estadual nº 3179, de 10/02/1987. Laudo este que norteará os limites e níveis de intervenção no entorno daquele patrimônio histórico;
- Relatórios de Impacto no Trânsito – RIT e Estudos de Impacto no Trânsito - EIT, e suas aprovações, referente ao empreendimento enquadrado como polo gerador de tráfego na malha viária do Município, nos termos do disposto das legislações federal e municipal, referente o art. 93 do Código de Trânsito Brasileiro.

A CONTRATADA será a responsável por toda a compatibilização multidisciplinar entre todos os projetos durante todo o ciclo da edificação. Caso haja necessidade de elaboração de projeto(s) que não se encontre(m) listado(s) na relação acima, a CONTRATADA deverá, às próprias custas, elaborá-lo(s).

Serão realizadas reuniões periódicas entre CONTRATANTE e CONTRATADA para acompanhamento do desenvolvimento dos serviços. Em cada reunião da equipe técnica de projeto para fins de compatibilização, deverá ser gerado relatório de conflitos (Relatórios de Clash Detection).

Os relatórios de conflitos deverão ser compilados ao final do projeto e entregues à CONTRATANTE.

A CONTRATADA também será responsável pela validação das planilhas geradas a partir do modelo BIM dos projetos, bem como de todos os documentos gerados a partir dos modelos em BIM.

Os projetos devem abranger todos os itens descritos acima e seguir as indicações constantes deste Termo de Referência e seus anexos, contemplando as normas técnicas referentes a cada projeto.

Os projetos desenvolvidos pela CONTRATADA serão supervisionados pelos arquitetos e profissionais representantes da Coordenadoria de Projetos e Orçamento - CPO para que haja perfeita compatibilização das diversas disciplinas envolvidas. O coordenador de projeto, designado expressamente pela CONTRATADA, será a ligação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE durante a execução do Contrato e será o responsável pela integração e compatibilização de todos os projetos.

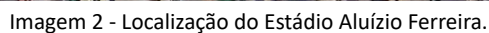
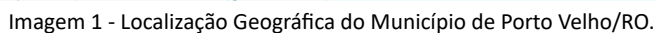
A coordenação e a compatibilização de projetos e da obra ficarão a encargo da empresa CONTRATADA.

Eventuais dúvidas durante a execução dos serviços deverão ser esclarecidas com a Coordenadoria de Projetos e Orçamento - CPO. A CONTRATADA deverá apresentar ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e/ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), quitados, referentes aos serviços contratados.

Caberá à CONTRATANTE, em comum acordo com a CONTRATADA, a decisão sobre quaisquer modificações no projeto. Fica a encargo da empresa CONTRATADA, executar as modificações necessárias.

O objeto a ser licitado não deve ser enquadrado como Serviço Comum, pois existe um grau de complexidade intrínseco, uma vez que há possibilidade de variações nos projetos a serem apresentados, assim como no sistema construtivo proposto.

3.1. Localização



3.2. Quadro de Áreas

QUADRO DE ÁREAS	
IDENTIFICAÇÃO	ÁREA (M²)
Área de Ampliação - Nível Térreo	3.165,38
Área de Ampliação - Nível Arquibancada	5.501,22
Área de Ampliação - Nível Cobertura	6.053,94
Área de Ampliação - Circulação de Acesso as Arquibancadas	1.233,65
Área Existente a Reformar - Nível Térreo e Subsolo de Acesso ao Campo	1.508,18
Área Existente a Reformar - Arquibancadas Descobertas, Camarotes, Área Vip e Área de Imprensa	2.191,61
Área Existente a Reformar - Cobertura	951,15
Área Existente a Reformar - Circulação Externa de Acesso as Arquibancadas e Pátio de Serviço	838,87

Área do Gramado - Campo de Circulação com Drenagem, Mureta e Fechamento em Estrutura Metálica e Policarbonato Rígido	9.620,69
Pátio de Estacionamento em Piso Permeável com Marcações de Vagas, Drenagem e Postes de Iluminação	4.885,42
Área da Praça da Castanheira - Pisos Permeáveis, Jardins com Tratamento Paisagístico, Iluminação Cênica, Lago com Fontes, Mobiliário Urbano, Painéis de Esculturas fotográficas e Estruturas de "Árvores Metálicas com Iluminação e Proteção de Rede"	1.315,15
Área de Passeio Público - Calçadas, Meios Fios, Rampas e Escadas de Acesso, Floreiras e Jardins com Tratamento Paisagístico, Mobiliário Urbano	2.782,54
Área do Terreno	26.044,23
Área Total de Intervenção Projetual (Terreno + Passeio Público)	28.826,77

Observações: 1 - Áreas calculadas sujeitas a modificação depois das medições in loco a serem confirmadas pela contratada; 2 - Metragens e cotas de níveis fornecidas pela equipe técnica de levantamento topográfico da SEOSP (TRT CFT 2403386191); 3 - Áreas destacadas compõe a previsão para a 1ª fase de execução do empreendimento.

4. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

4.1. Do Interesse Público na Despesa

A Modernização do Estádio Aluizio Ferreira possui interesse em garantir, à população de Porto Velho e região, a acessibilidade a espaços esportivos modernos, com a implementação de uma estrutura esportiva capaz de fomentar o esporte, o lazer e a cultura. Considerando adequações às normas que regem as exigências de acessibilidade às pessoas com deficiência.

No cenário atual, inexistente um ambiente capaz de receber, com conforto, segurança e acessibilidade, a população de Porto Velho e região, para a realização de eventos esportivos a nível nacional, conforme exigências estabelecidas pelas entidades esportivas, e culturais.

Com a Reforma e Ampliação do Estádio Aluizio Ferreira, a população terá acesso a uma infraestrutura moderna, que garanta os padrões contemporâneos de conforto, segurança e tecnologia, aumentando a satisfação dos espectadores, através da implementação de novas comodidades, como assentos mais confortáveis, áreas de alimentação e entretenimento, e melhores instalações sanitárias. Também garantir acessibilidade para todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência física.

4.2. Justificativa de Adoção do Regime de Contratação Integrada

O certame, visando a elaboração dos projetos e a execução da Reforma e Ampliação do Estádio Aluizio Ferreira, será efetuado por meio de concorrência eletrônica, na plataforma determinada pela Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL, utilizando-se do Regime de Contratação Integrada, instituído pela Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

Ressalta-se que a opção pela Contratação Integrada foi motivada, em especial, pela busca de maior eficiência na execução do objeto, aliada aos seguintes fatores:

- Aproximação das contratações públicas com as sistemáticas utilizadas pelo setor privado;
- Compartilhamento dos riscos inerentes ao empreendimento com a CONTRATADA;
- Possibilidade de simplificar, dar celeridade e obter maior eficácia nos procedimentos operacionais do certame;
- Alinhamento com as diretrizes de Governo.

O art. 11, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que:

O processo licitatório tem por objetivos:

[...]

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Nos termos do inciso XXXII, art. 6, Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXXII - contratação integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;

Desta forma, buscando desassociar esse empreendimento da execução com projetos padrões antigos e defasados quanto às tecnologias existentes e materiais aplicados, a possibilidade de contratação integrada contribuirá para a atualização dos projetos com aplicação de diferentes metodologias de construção.

O regime de Contratação Integrada favorecerá a reforma e ampliação do estádio, considerando que possibilitará maior celeridade aos procedimentos de contratação e de execução da obra, à medida que o certame contemplará, conjuntamente, todas as parcelas da obra e dos serviços, gerando um único Contrato para todo o empreendimento. Além disso, considera-se que haverá maior agilidade no processo, já que os projetos executivos e a execução da obra poderão ocorrer simultaneamente, não necessitando da conclusão total dos projetos para início da obra.

A execução da obra com diferentes metodologias tem como objetivo propiciar soluções vantajosas e ganhos reais para a CONTRATANTE. A utilização da Contratação Integrada permite utilizar a expertise da CONTRATADA para definição dos melhores métodos construtivos, realizar a gestão e o controle de todas as fases da obra, obtendo-se ganhos de eficiência, redução de prazos e economicidade no valor global do empreendimento.

Diversas são as metodologias construtivas disponíveis no mercado que poderão ser adotadas para a construção do empreendimento. Destaca-se o interesse da CONTRATANTE para que os resultados atendam a padrões mínimos de qualidade, durabilidade, prazo e segurança, o que deve ser observado pelos licitantes na escolha da metodologia.

A partir da absorção de metodologias diferenciadas, as quais serão apresentadas pelas empresas licitantes, a CONTRATANTE pretende obter redução do esforço de trabalho, aumento de produtividade, menores custos de obra com e maior efetividade executiva, melhoria na qualidade dos produtos entregues, redução de prazos e ganhos de planejamento.

Mesmo a CONTRATADA podendo incorporar diferentes soluções e métodos construtivos, toda e qualquer resolução proposta deverá ser aprovada pela fiscalização da CONTRATANTE.

Na Contratação Integrada, o Lei prevê a responsabilidade integral do Contratado pelos dos riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de projeto básico, dando mais segurança à CONTRATANTE, quanto a execução do objeto.

O regime de contratação integrada confere uma margem de autonomia mais abrangente à CONTRATADA, com relação à concepção dos serviços a serem prestados, na medida em que elaborarão os projetos e executarão as obras.

Espera-se, diante desta premissa, a execução de diversas etapas do empreendimento concomitantemente. A adoção de tal procedimento permitirá a utilização otimizada de seus recursos de projeto e de campo, reduzindo seus custos e o tempo de execução do empreendimento.

Ao ser responsável por elaborar os projetos básico e executivo, a CONTRATADA assumirá, também, os riscos associados à execução da obra ou serviço, não podendo alegar falhas nos projetos para modificar o Contrato e ensejar aditivos ao mesmo.

A CONTRATADA também terá maior compromisso com todo o empreendimento, à medida que a resolução da maioria dos problemas que surgirem durante a execução contratual será de sua própria responsabilidade.

O anteprojeto desenvolvido pela equipe técnica da SEOSP contém elementos suficientes para a caracterização da obra, permitindo a estimativa de custo do empreendimento com boa margem de segurança. Assim, a contratação integrada possibilitará a obtenção de solução economicamente mais vantajosa.

Somando-se a isso, a contratação em metodologia BIM – Building Information Modeling – que tem como objetivo potencializar a economia dos custos com a geração de orçamentos mais precisos e com a consequente redução de riscos, impactos e aditivos após a contratação dos serviços.

Com a metodologia BIM, há maior produtividade e assertividade na elaboração dos projetos, pela compatibilização entre as diferentes disciplinas, além de permitir a realização de análises rápidas que possibilitam a obtenção de quantitativos assertivos que aumentam a precisão dos orçamentos.

Os modelos desenvolvidos em plataforma BIM podem ser utilizados nas atividades de execução da obra, facilitando a análise dos projetos e o acompanhamento de suas etapas.

Modelos elaborados por essa plataforma possibilitam um gerenciamento ativo das interferências de projetos, o que reduz erros e tempo de execução e impacta positivamente nos custos.

Com essa solução, pretende-se atender as demandas governamentais que orientam para o uso da metodologia BIM – Building Information Modeling, na contratação e execução de projetos e obras de infraestrutura, conforme Decreto Federal nº 10.306 de 02 de abril de 2020, que dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling no Brasil - Estratégia BIM BR, instituída com a finalidade de promover um ambiente adequado ao investimento em BIM e a sua difusão no país.

Pelo exposto, será possível conceber a futura Arena com o conceito de inovação técnica e tecnológica, com aumento de produtividade e redução de prazos na execução da obra, justificando-se assim a adoção do Regime de Contratação Integrada.

5. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, DO MODO DE DISPUTA, DO REGIME DE EXECUÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. Modalidade de licitação

O objeto deste certame terá a modalidade de Concorrência Eletrônica com critério de julgamento Técnica e Preço, nos termos do art. 33, inciso IV da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, será utilizado o Regime de Contratação Integrada, conforme art. 46, inciso V da lei supracitada, pretendendo-se obter a elaboração dos projetos básico e executivo e execução da obra com métodos e tecnologias inovadoras, de utilização não usual na elaboração dos projetos a serem contratados pela SEOSP, oportunizando apropriação de variadas metodologias construtivas, abrangendo sistemas inovadores com disponibilização e adequação dos espaços propícios à prática de esportes, realização de eventos culturais e de recreação, bem como à oferta de bem-estar e lazer.

5.2. Modo de Disputa

Indica-se o modo de disputa “fechado” para a licitação, sopesando a peculiaridade da execução do objeto do certame que é a elaboração de projetos e a execução da obra de reforma e ampliação do Estádio Aluízio Ferreira em método construtivo definido pelo participante e em cumprimento ao anteprojeto ofertado pela SEOSP.

O critério de julgamento pela melhor combinação de Técnica e Preço é utilizado devido à relevância da qualidade técnica aos fins pretendidos pela SEOSP, conforme art. 33, inciso IV da Lei nº 14.133/2021. Devido ao critério de julgamento Técnica e Preço, faz-se necessário o modo de disputa “fechado” nos termos do art. 56, § 2º, da Lei nº 14.133/2021. Assim, inviabiliza-se a disputa aberta, uma vez que os licitantes ofertarão lances condizentes com o sistema construtivo proposto desde que sustentável e distintos uns dos outros, não podendo ser referencial para disputa de lances.

O modo de disputa para o critério menor preço FECHADO indica que não haverá disputa de lances. Será classificado o valor proposto por todos os participantes e de forma sigilosa até o momento da divulgação das propostas, tendo o Preço como um dos critérios, com fulcro no art. 56, da Lei nº 14.133/2021.

Definiu-se pelo critério fechado/sigiloso na apresentação dos valores/lances das licitantes, considerando-se que foi fornecido valor referencial para execução do objeto do certame, e as participantes devem oferecer metodologias construtivas

diversas o que implica na indicação de preços a depender da proposição do método de construção, não sendo o valor de cada licitante critério para se disputar lances, uma vez que o método será apresentado apenas quando da apresentação do Plano de Trabalho, todavia os valores que alcançarem cifra superior ao valor referencial indicado deverão apresentar sua justificativa no Plano de Trabalho (ANEXO 3 – CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO DE TÉCNICA E PREÇO).

As licitantes que apresentarem propostas na plataforma determinada pela Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL automaticamente estarão classificadas e deverão apresentar os documentos referentes à proposta técnica/habilitação, independentemente dos valores de seus lances, para análise do Agente de Contratação.

5.3. Regime de Execução

Os serviços objetos deste Termo de Referência serão executados de forma indireta pelo regime de CONTRATAÇÃO INTEGRADA de empresa especializada para elaboração de projetos e execução da obra, visando inovações técnicas e tecnológicas, redução de prazos e custos, assertividade, autonomia no atendimento ao objeto do certame, conforme definido no anteprojeto ofertado pelo SEOSP.

5.4. Critério de Julgamento

O critério de julgamento será o de TÉCNICA E PREÇO, para a qual o vencedor será definido por meio de média ponderada entre os critérios técnicos e o valor da proposta apresentada. Essa modalidade tem como objetivo a contratação de propostas de melhor qualidade, uma vez que a técnica passa a compor a nota final do certame.

5.4.1. Fatores de ponderação

Para a fixação dos fatores de ponderação na avaliação das propostas técnicas e de preço adotou-se 70% (setenta por cento) para a técnica e 30% (trinta por cento) para o preço, tendo em vista o fato de que os aspectos técnicos associados ao projeto têm relevante participação no sucesso do empreendimento, dada a sua complexidade.

Justifica-se a adoção da proporção 70% (técnica) x 30% (preço) pela possibilidade de ganhos em termos de produtividade, prazos e economicidade, ao dar maior relevância à expertise da CONTRATADA. Em retorno, o intuito é que a CONTRATANTE obtenha maiores garantias de qualidade, durabilidade e segurança no produto final, desenvolvido a partir de tecnologias inovadoras que possibilitem edificações com alto desempenho e baixa manutenção.

6. DOS PRAZOS DO CONTRATO, PROJETOS E DA EXECUÇÃO DA OBRA

O período de execução do contrato pela CONTRATADA, para **elaboração de projetos** básico, legal e executivo de arquitetura, complementares de engenharia e **execução da obra**, deverá ser de **450 (quatrocentos e cinquenta) dias corridos**, a contar da data de assinatura da Ordem de Serviço, sendo que, dentro desse prazo, o período máximo para elaboração dos projetos básicos, elaboração do orçamento, licenciamentos e aprovações para início das obras será de 60 (sessenta) dias corridos.

6.1. Prazo e Elaboração dos Projetos Básicos, Executivos e "as built"

Prazo de até **60 (noventa) dias corridos** a contar da data de assinatura da Ordem de Serviço, para elaboração dos projetos básicos, licenciamento e aprovações nos órgãos competentes. Após o desenvolvimento do projeto básico, devem ser desenvolvidos os projetos executivos e durante a execução da obra, os projetos como construído (As Built).

6.2. Execução da Obra

A execução de cada etapa da obra será precedida de projeto executivo para a etapa e da conclusão e aprovação pela CONTRATANTE dos trabalhos relativos à etapa anterior.

O projeto executivo da etapa posterior poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços da etapa anterior, desde que autorizado pelo órgão ou entidade CONTRATANTE.

Considerando que um dos objetivos da CONTRATANTE é a redução de prazos e ganhos em planejamento, é de interesse da Administração que a CONTRATADA, ao elaborar e apresentar seu cronograma físico-financeiro, diminua o prazo de entrega dentro do que julgar exequível conforme sua proposta de técnica construtiva e organização da obra. A CONTRATADA deverá apresentar seu Cronograma Físico-Financeiro, que passará pela aprovação da CONTRATANTE, e a execução dos serviços deverá seguir este cronograma aprovado.

O empreendimento como um todo será executado em 3 (três) fases distintas, sendo que por meio deste Termo de Referência objetiva-se contratar a 1ª fase, a qual, além da elaboração dos projetos de engenharia e arquitetura da 1ª fase de execução, no valor estimado de R\$ 604.151,62 (seiscentos e quatro mil cento e cinquenta e um reais e sessenta e dois centavos), visa a execução de serviços no valor estimado de R\$ 22.432.407,18 (vinte e dois milhões, quatrocentos e trinta e dois mil quatrocentos e sete reais e dezoito centavos), montante que se refere ao Contrato de Repasse (R\$ 21.400.000,00) somado a R\$ 1.032.407,18 (um milhão, trinta e dois mil quatrocentos e sete reais e dezoito centavos) de complementação do Governo do Estado de Rondônia, conforme descrito no item 8.

A conclusão da 1ª Fase, deverá resultar, obrigatoriamente, em uma edificação com possibilidade de operação/utilização/habitação (etapa útil).

Segue a sugestão técnica constante no Anexo 5 - DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS:

- 1ª Fase de execução (contratação deste termo de referência) – Reforma e modernização da arquibancada existente e os ambientes abaixo e acima que a compõe, climatização, construção do estacionamento com captação solar, subestação e grupo gerador, reservatório de água com estrutura de suporte, paisagismo do entorno da Castanheira, construção da fachada da rua Rui Barbosa, entre outros, conforme sugestão da prancha 29 do anteprojeto de arquitetura.



- 2ª Fase de execução (contratação futura) – Construção da Praça da Castenheira, Remodelação e locação do campo de futebol, construção das arquibancadas novas com ambientes abaixo da mesma (sem cobertura), porém deverá executar todas as esperas para receber a cobertura, descidas de drenagem de água pluvial e eletrodutos de iluminação da cobertura, além de outros elementos de espera da cobertura que sejam necessários.



- 3ª Fase de execução (contratação futura) – Construção das coberturas nas arquibancadas da Av. Farquar (setor leste) e atrás dos gols (setor norte e sul) com todos os elementos que a compõem.



A contratada poderá propor adequações das fases para compatibilização com os recursos orçamentários disponíveis, porém, por utilizar recursos federais, é indispensável que o final da 1ª fase resulte em edificação com possibilidade de operação/utilização/habitação (etapa útil).

7. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1. Informações sobre a Apresentação e Entrega dos Produtos

É requisito imprescindível que a entrega dos projetos e planejamento siga o modelo BIM. Entende-se como modelo BIM o “modelo digital tridimensional da construção”, baseado em objetos paramétricos e inter-relacionados, utilizando formatos universais e abertos como a entrega principal do objeto da contratação, o que implica que a ferramenta de modelagem a ser adotada pelos autores dos projetos deverá dar suporte aos requisitos baseados em padrões abertos. Além dos projetos entregues em formato aberto, a CONTRATADA deve disponibilizar todos os arquivos de biblioteca utilizada em seus projetos (equipamentos, mobiliários, acessórios, etc.).

Para o desenvolvimento dos projetos, a empresa CONTRATADA deverá utilizar softwares originais licenciados.

Os Projetos Básico e Executivo e o planejamento a serem entregues pela CONTRATADA consistem no conjunto de informações técnicas, necessárias e suficientes para a execução do empreendimento, devendo apresentar de forma clara, precisa e completa todas as indicações, detalhamento das interfaces dos sistemas e de seus componentes, e detalhes construtivos suficientes para a perfeita instalação, montagem e execução dos serviços e obras do objeto contratado.

Os Projetos Básicos e Executivos deverão ser elaborados com base no Anteprojeto fornecido pela CONTRATANTE, devendo conter detalhamentos necessários para a execução, fabricação, montagem, instalação, operação e manutenção das soluções propostas.

Os projetos de engenharia e/ou arquitetura contemplarão a 1ª Fase do empreendimento expresso no Anteprojeto Arquitetônico e nas diretrizes deste Termo de Referência, sendo que a previsão inicial é de que a obra será executada em 3 (três) fases distintas conforme o seguinte:

- a) 1ª Fase de execução: Nesta fase, além dos elaboração dos projetos no valor estimado de R\$ 604.151,62 (seiscentos e quatro mil cento e cinquenta e um reais e sessenta e dois centavos) há a execução de obra no valor máximo de R\$ 21.828.255,56 (vinte e um milhões, oitocentos e vinte e oito mil duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), revertendo obrigatoriamente em uma edificação com possibilidade de operação/utilização/habitação;
- b) 2ª Fase de execução: No valor estimado preliminarmente em R\$ 21.400.000,00 (vinte e um milhões quatrocentos mil reais), revertendo obrigatoriamente em uma edificação com possibilidade de operação/utilização/habitação (valores passíveis de revisão futura);
- c) 3ª Fase de execução: No valor estimado preliminarmente em R\$ 31.350.462,26 (trinta e um milhões, trezentos e cinquenta mil quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e seis centavos), fase final do empreendimento (valores passíveis de revisão futura).

Toda a documentação gráfica que compõem os projetos, como plantas, cortes, perfis, detalhamentos, diagramas, tabelas de quantidades, entre outros, deverão, sempre que possível, ser extraídas diretamente dos modelos BIM.

As demais peças escritas, como Especificações Técnicas, Memoriais Descritivos e Planilha Orçamentária deverão ser entregues nos formatos tradicionais (.xlsx/.docx/.pdf). Todos os elementos técnicos a serem desenvolvidos pela CONTRATADA deverão apresentar detalhamento suficiente para garantir, de forma clara e objetiva, o entendimento dos sistemas a serem implementados.

Todos os projetos a serem desenvolvidos pela CONTRATADA (Básico, Executivo e As Built), deverão ser entregues no formato nativo (.docx, .xlsx, .pln, .smc, .pdf, em formato neutro .IFC, nas versões 2x3 ou 4 e sempre que possível em formatos .rvt, .prj, .nwd).

A entrega final do projeto executivo de todas as disciplinas deverá ser em via digital assinada, com todas as pranchas do projeto.

Os projetos aprovados nos órgãos competentes deverão ser entregues em uma via impressa original carimbada e/ou assinada e também deverão ser entregues em via digital (pranchas e documentos escaneados).

A entrega dos serviços será realizada em 03 etapas, conforme ANEXO 5 – DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS. A relação de serviços a serem entregues em cada Etapa consta no ANEXO 5 – DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS.

A CONTRATADA deverá atentar-se para o Nível de Detalhe Geométrico (ND) e o Nível de Informação (NI) especificado para cada elemento do modelo, conforme descrito no ANEXO 5 – DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS, de acordo com as seguintes etapas de projeto e níveis de desenvolvimento:

1. PROJETO BÁSICO - ND 350
2. PROJETO DE DETALHAMENTO DE ESPECIALIDADES – PROJETO EXECUTIVO - ND 400
3. AS BUILT - PÓS-ENTREGA DA OBRA – OBRA CONCLUÍDA – ND 500

A CONTRATADA poderá propor à CONTRATANTE alterações nas exigências contidas no ANEXO 5 – DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS, no que se refere ao Nível de Detalhe Geométrico e o Nível de Informação exigidos para os elementos do modelo, mediante justificativa a ser avaliada pela CONTRATANTE.

Quanto à apresentação dos projetos de edificações, deverá seguir as orientações, no que se aplica, das Diretrizes de Apresentação de Projetos constante do ANEXO 5 – DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS.

7.2. **Projeto Básico e Executivo**

A execução do Contrato deverá ser iniciada após a emissão de Ordem de Serviço específica, prevista a partir do 5º (quinto) dia útil após a data da assinatura do Contrato.

O Projeto Executivo ficará condicionado à aprovação do Projeto Básico de todo o empreendimento e poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução da obra.

As medições serão realizadas conforme Cronograma Físico-Financeiro apresentado no ANEXO 5 – DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS.

7.3. **Obras e Serviços Complementares de Engenharia**

Para o início da execução da obra, deverão estar concluídos e aprovados os projetos básicos.

A execução de cada etapa da obra será precedida de projeto executivo para a etapa e da conclusão e aprovação pela Seosp dos trabalhos relativos à etapa anterior.

O projeto executivo da etapa posterior poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços da etapa anterior, desde que autorizado pelo órgão ou entidade CONTRATANTE.

As medições ocorrerão conforme cronograma físico-financeiro previamente aprovado pela CONTRATANTE, por etapa de obra, mediante visita in loco e preenchimento de relatório de vistoria de obras (RVO), conforme padrão utilizado pela CONTRATANTE para fiscalização de obras.

Caso a CONTRATADA atrase a entrega de alguma das etapas definidas neste cronograma, poderá sofrer sanções e multas. Além disso, vale reforçar que os pagamentos serão efetuados conforme o cronograma aprovado, não sendo adiantadas parcelas em caso de conclusão antecipada dos serviços.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária do objeto será de acordo com as etapas a serem definidas no projeto básico e executivo.

Nesta primeira fase do empreendimento, objeto deste termo de referência, a dotação orçamentária advém do Contrato de Repasse nº 959068/2024/MESP/CAIXA (ANEXO 11 – CONTRATO DE REPASSE), que tem por objeto a Modernização do Estádio Aluízio Ferreira, no município de Porto Velho-RO, além de recursos próprios do Governo do Estado de Rondônia.

O valor global do contrato de repasse é de R\$ 21.400.000,00 (vinte e um milhões quatrocentos mil reais), possuindo a seguinte composição:

- I - Valor de repasse no montante de R\$ 19.100.000,00 (dezenove milhões cem mil reais), disponibilizado por meio do programa Apoio a Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer, do Ministério dos Esportes;
- II - Valor Contrapartida Financeira no montante de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões trezentos mil reais), por parte desta proponente (Estado de Rondônia).

Complementarmente, para a primeira fase do empreendimento, serão empregados R\$ 1.032.407,18 (um milhão, trinta e dois mil quatrocentos e sete reais e dezoito centavos) de recursos próprios do Governo do Estado de Rondônia:

- III - R\$ 604.151,62 (seiscentos e quatro mil cento e cinquenta e um reais e sessenta e dois centavos), para custeio dos projetos de engenharia;
- IV - R\$ 428.255,56 (quatrocentos e vinte e oito mil duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), para complementação do valor estimado para execução das obras da 1ª etapa.

As demais etapas correrão por conta de fonte de recursos própria do Estado de Rondônia em contratações futuras.

Segue a especificação das dotações conforme Informação quanto a dotação orçamentária (ANEXO 19 - DECLARAÇÃO ORÇAMENTÁRIA):

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO FINANCEIRA

PROCESSO n.º	CÓD. U.O	UNIDADE GESTORA	
0069.001787/2024-18	27.001	Gerência de Planejamento e Orçamento	
PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE DE RECURSO	NATUREZA DA DESPESA	VALOR R\$
27001.15.451.2183.1638	1.706.003110	44.90.51	19.100.000,00
27001.15.451.2183.1638	1.500.100001	44.90.51	2.300.000,00
27001.15.451.2183.1638	1.500.000001	33.90.39	604.151,62
27001.15.451.2183.1638	1.500.000001	44.90.51	428.255,56
TOTAL DA DESPESA			22.432.407,18
DISCRIMINAÇÃO			

Declaramos sob as penas da Lei, e em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, o detalhamento dos valores previstos para a contratação Integrada de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura, para elaboração de projetos básico (ND 350), legal e executivo (ND 400) de arquitetura, projetos complementares de engenharia, aprovação nos órgãos competentes, As Built (ND 500) e execução da 1ª Etapa da Obra de Reforma e Ampliação do Estádio Aluízio Ferreira, sito à Rua Rui Barbosa, 980, bairro Arigolândia, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia. Dessa forma, informamos que o referido projeto prioritário encontra-se previsto no Plano Plurianual 2024-2027 do Governo do Estado de Rondônia, e sua execução seguirá rigorosamente o cronograma físico-financeiro, garantindo que todas as etapas sejam cumpridas dentro dos prazos estabelecidos, com foco no cumprimento das metas e objetivos estratégicos definidos.

Porto Velho, data e hora do sistema.

9. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

Para a comprovação da Habilitação Técnica, a empresa participante da licitação deverá comprovar a sua Qualificação Técnica apresentando:

- a) Habilitação Técnica Operacional
- b) Habilitação Técnica Profissional

c) Plano de Trabalho

9.1. **Habilitação Técnica Operacional**

A documentação relativa à Habilitação Técnica Operacional consistirá em:

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade da Licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

a.1) Em se tratando de empresa de engenharia não registrada no CREA do Estado de Rondônia deverá apresentar o registro do CREA do Estado de origem, ficando a Licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA de Rondônia antes da assinatura do Contrato.

b) Comprovação de possuir, em nome da Licitante, Certidão de Acervo Operacional - CAO emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou CAT – Certidão de Acervo Técnico com Atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de execução de obra com comprovação de:

b.1) Execução concluída de obra com área igual ou superior a 40% (quarenta por cento) da área total estimada para a 1ª fase do empreendimento (14.472,92 m²), equivalente à área mínima de 5.789,17 m², devendo ser pertinente e compatível com as características construtivas da obra a ser realizada pela Entidade Licitadora, ou seja, referir-se a uma construção de centro esportivo e de exibição (estádios, ginásios e piscinas com arquibancadas, rodeios, autódromos, sambódromos, arenas em geral, pista de patinação e assemelhados), com mesmo sistema construtivo proposto pela licitante, permitida a somatória de atestados.

9.2. **Habilitação Técnica Profissional**I - COMPROVAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

a) Documentos com indicação formal dos Responsáveis Técnicos pelos projetos e do Gerente de Projetos (responsável pelo Gerenciamento e Compatibilidade dos Projetos – Especialista BIM), de acordo com os modelos constantes dos ANEXOS 1 e 2, devidamente datados e assinados pelo representante legal da licitante.

b) comprovação do(s) profissional(is) de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) do(s) Acervo(s) de Responsabilidade Técnica pela execução dos serviços, com a comprovação de pertencer ao quadro permanente da Licitante.

A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

b.1) Carteira de Trabalho;

b.2) Certidão do CREA;

b.3) Certidão do CAU;

b.4) Contrato Social;

b.5) Contrato de prestação de serviços;

b.6) Contrato de Trabalho registrado na DRT;

b.7) Termo, através do qual o(s) profissional(is) assumam a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar(em) o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser a esta adjudicado. O presente Termo pode ser suprido pela assinatura no ANEXO 1 do(s) profissional(is) que será(ão) responsável(is) pela obra.

c) O(s) profissional(is) indicado(s) pela Licitante para fins de comprovação da habilitação deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto da licitação.

d) Deverá ser apresentado, no mínimo, um acervo técnico desse(s) profissional(is) devidamente acervado(s) pelo CREA e/ou pelo CAU, com comprovação de elaboração de(s) projeto(s) da mesma disciplina que o(s) profissional(is) pretende(m) ser Responsável(is) Técnico(s), incluindo também a comprovação de uso da plataforma BIM.

e) Apresentar a(s) Certidão(ões) de Registro de Pessoa Física com a regularidade do(s) profissional(is) indicado(s) pela Licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade.

f) Observações:

1. O mesmo profissional (engenheiro ou arquiteto) poderá ser responsável técnico por mais de um tipo de projeto, desde que comprove sua experiência.

2. Após a celebração do Contrato, somente será admitida a substituição legal de qualquer profissional indicado em situações excepcionais, desde que o motivo seja justificado, comprovado e plausível e o novo profissional indicado seja submetido aos mesmos critérios de avaliação estipulados neste EDITAL e demonstre ter qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído.

g) Apresentação de, no mínimo, 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome dos Profissionais indicados pela licitante como Responsáveis Técnicos pela elaboração dos projetos a seguir, sendo exigida também a comprovação de elaboração em plataforma BIM em parte deles.

II - COMPROVAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA EQUIPE

Apresentação de, no mínimo, 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome dos Profissionais indicados pela licitante como Responsáveis Técnicos pela elaboração dos projetos a seguir, sendo exigida também a comprovação de elaboração em plataforma BIM em parte deles.

a) Projeto de Terraplenagem:

- CAT comprovando a elaboração de projeto de terraplenagem em terreno com área mínima de 10.417,69m² (equivalente a 40% da área total do terreno – 26.044,23m²), não sendo permitida a soma de certidões para tal fim.
- CAT comprovando a elaboração de projeto de terraplenagem em plataforma BIM.

b) Projeto Arquitetônico:

- CAT comprovando a elaboração de projeto arquitetônico de centro esportivo e de exibição (estádios, ginásios e piscinas com arquibancadas, rodeios, autódromos, sambódromos, arenas em geral, pista de patinação e assemelhados) com área mínima de 11.530,71m² (equivalente a 40% da área total de intervenção projetual - 26.182,74m²), não sendo permitida a soma de certidões para tal fim.
- CAT comprovando a elaboração de projeto arquitetônico de edificação em plataforma BIM.

c) Projeto de Paisagismo

- CAT comprovando a elaboração de projeto de paisagismo com área mínima de 1.639,08m² (equivalente a 40% da área da praça castanheira e área de passeio público – 4.097,69m²), não sendo permitida a soma de certidões para tal fim.

d) Projeto de Fundação e Contenção:

- CAT comprovando a elaboração de projeto de fundação em edifício com área mínima de 3.466,64m² (equivalente a 40% da área de ampliação - 8.666,60m²), não sendo permitida a soma de certidões para tal fim.
- CAT comprovando a elaboração de projeto de fundação em edifício em plataforma BIM.

e) Projeto de Estrutura:

- CAT comprovando a elaboração de projeto de estrutura, no sistema proposto pela licitante, em edifício com área mínima de 3.466,64m² (equivalente a 40% da área de ampliação - 8.666,60m²), não sendo permitida a soma de certidões para tal fim.
- CAT comprovando a elaboração de projeto de estrutura em plataforma BIM.

f) Projeto de Instalações Hidrossanitárias:

- CAT comprovando a elaboração de projeto de instalações hidrossanitárias em edifício com área mínima de 4.946,58m² (equivalente a 40% da área edificada - 12.366,46m²), não sendo permitida a soma de certidões para tal fim.
- CAT comprovando a elaboração de projeto de instalações hidrossanitárias em edifício em plataforma BIM.

g) Projeto de Proteção Contra Incêndio e Pânico - PPCIP:

- CAT comprovando a elaboração de Projeto de Proteção Contra Incêndio e Pânico - PPCIP com área mínima de 11.530,71m² (equivalente a 40% da área total de intervenção projetual de 26.182,74m²), não sendo permitida a soma de certidões para tal fim.
- CAT comprovando a elaboração de Projeto de Proteção Contra Incêndio e Pânico - PPCIP em plataforma BIM.

h) Projeto de Instalações Elétricas:

- CAT comprovando a elaboração de projeto de instalações elétricas em edifício com área mínima de 4.946,58m² (equivalente a 40% da área edificada - 12.366,46m²), não sendo permitida a soma de atestados para tal fim.
- CAT comprovando a elaboração de projeto de instalações elétricas em edifício em plataforma BIM.

i) Projeto Luminotécnico:

- CAT comprovando a elaboração de projeto de luminotécnica em edifício com área mínima de 4.946,58m² (equivalente a 40% da área edificada - 12.366,46m²), não sendo permitida a soma de certidões para tal fim.

j) Projeto de Cabeamento Estruturado:

- CAT comprovando a elaboração de projeto de cabeamento estruturado em edifício com área mínima de 4.946,58m² (equivalente a 40% da área edificada - 12.366,46m²), não sendo permitida a soma de certidões

para tal fim.

k) Projeto de SPDA:

- CAT comprovando a elaboração de projeto SPDA em edifício com área mínima de 11.530,71m² (equivalente a 40% da área total de intervenção projetual de 26.182,74m²), não sendo permitida a soma de certidões para tal fim.

l) Projeto de Climatização:

- CAT comprovando a elaboração de projeto de climatização em edifício com área mínima de 2.005,14m² (equivalente a 40% da área de ampliação nível térreo, área existente a reformar nível térreo e subsolo de acesso ao campo e a área de camarotes - 5.012,85m²), não sendo permitida a soma de certidões para tal fim.
- CAT comprovando a elaboração de projeto de climatização em edifício em plataforma BIM.

m) Projeto de Gás:

- CAT comprovando a elaboração de projeto de gás em edifício com área mínima de 2.005,14m² (equivalente a 40% da área de ampliação nível térreo, área existente a reformar nível térreo e subsolo de acesso ao campo e a área de camarotes - 5.012,85m²), não sendo permitida a soma de certidões para tal fim.

n) Orçamento Analítico do Custo da Obra:

- CAT comprovando a elaboração de orçamento de obra de edifício com área mínima de 11.530,71m² (equivalente a 40% da área total de intervenção projetual - 26.182,74m²), não sendo permitida a soma de certidões para tal fim.

o) Gerenciamento e Compatibilização dos Projetos (Especialista BIM):

- CAT comprovando a execução de gerenciamento e compatibilização de, no mínimo, os seguintes projetos: Projeto Arquitetônico, Terraplenagem, Fundação, Estruturas, Instalações Hidrossanitárias, Instalações Elétricas, Climatização e Projeto de Cabeamento Estruturado (Telefonia e Dados), em edifício com área mínima de 11.530,71m² (equivalente a 40% da área total de intervenção projetual - 26.182,74m²), não sendo permitida a soma de certidões para tal fim.
- CAT comprovando a execução de gerenciamento e compatibilização de, no mínimo, os seguintes projetos: Projeto Arquitetônico, Terraplenagem, Fundação, Estruturas, Instalações Hidrossanitárias, Instalações Elétricas, Climatização e Projeto de Cabeamento Estruturado (Telefonia e Dados), em plataforma BIM.

Observações:

1. Os projetos a serem apresentados deverão, obrigatoriamente, corresponder aos profissionais indicados pela licitante nos documentos indicados nos ANEXOS 1 e 2 para compor sua equipe técnica.
2. As CATs serão emitidas pelas entidades profissionais competentes (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU), objetivando a comprovação da aptidão dos profissionais indicados para o desempenho de atividade pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação.
3. Caso as CATs não informem a execução dos projetos em Plataforma BIM (nos casos em que é necessário), deverá ser fornecida declaração(ões), expedidas por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado para a(s) qual(is) os profissionais tenham elaborado projetos para obra(s) pertinente(s) e compatível(eis) com as características construtivas do objeto desta licitação, impresso(s) em papel timbrado do seu emitente, e conter a identificação do signatário e dados para eventual contato.
4. Na declaração, deverá constar o vínculo com as ART's e/ou RRT's apresentadas, relação dos projetos desenvolvidos com descrição do método BIM utilizado e área dos projetos. Pode ser apresentada a CAT (Certidão de Acervo Técnico) para esta comprovação.
5. Há duas possibilidades na apresentação das certidões dos Profissionais em que é exigida a comprovação em plataforma BIM: (i) pode ser apresentada uma certidão única para cada disciplina, incluindo projeto na disciplina em questão, com área mínima especificada acima e indicação do uso do BIM; ou (ii) podem ser apresentadas duas certidões, uma de projeto na disciplina em questão com área mínima especificada acima e outra de projeto na disciplina que inclui uso do BIM, sem área mínima. Ou seja, para comprovação do uso do BIM, não há necessidade de área mínima, apenas para comprovação de elaboração de projeto em cada disciplina.
6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

9.3. Plano de Trabalho

A empresa participante deverá apresentar o Plano de Trabalho para pontuação. Este deve descrever o sistema construtivo proposto, incluindo suas vantagens com relação aos demais sistemas construtivos tradicionais e os semelhantes ao

proposto, caso existentes. Além disso, é obrigatória a apresentação das soluções escolhidas para economia de água e energia elétrica, destacando seu funcionamento e resultados esperados. Caso estes itens não sejam incluídos, isto implicará na desclassificação da licitante.

O plano de trabalho será avaliado, recebendo pontuação até 40 pontos, no que se refere ao sistema construtivo proposto, incluindo suas vantagens, contemplando: eficiência em materiais empregados e sistemas e processos construtivos, canteiro de obras, conservação e reaproveitamento de sistemas hídricos, eficiência energética, redução e tratamento de resíduos, conforto higrotérmico e acústico.

O plano de trabalho deve se referir estritamente ao método construtivo proposto, portanto, não deverão ser apresentadas soluções diversas, e sim definições efetivas de sua proposta, que devem embasar o projeto executivo e o orçamento. Todas as informações apresentadas nesta etapa serão cobradas pela CONTRATANTE na execução do objeto pela CONTRATADA.

Não há óbice quanto ao envio de documentos adicionais que exponham outra característica dos sistema oferecido, além das requeridas pelo Edital, como por exemplo, ensaio de estanqueidade, simulação de desempenho térmico, testes de resistência mecânica, entre outros, desde que esteja explícito no material quais informações se referem ao sistema apresentado no plano de trabalho e que devem ser coincidentes com as amostras fornecidas.

9.4. Amostra, Catálogos e laudos

Sempre que necessário, também poderão ser solicitadas amostras para melhor análise e avaliação do sistema construtivo proposto.

Serão avaliados através de catálogos, laudos e possíveis amostras, a adequação das especificações técnicas, e a qualidade e o uso a que se destinam, devendo atender aos seguintes requisitos:

- a) facilidade de manutenção e possibilidade de receber pintura e outros revestimentos;
- b) facilidade de limpeza;
- c) durabilidade;
- d) alta resistência a impactos;
- e) desempenho acústico comprovado por Laudo Técnico;
- f) resistência ao fogo comprovada por Laudo Técnico;
- g) deve cumprir a função de perfeita vedação, impedindo a entrada de água, insetos, etc.;

A Contratante poderá solicitar ensaios/análises dos produtos entregues a qualquer tempo, a fim de comprovar o atendimento às exigências do Edital. Sendo que as despesas de laboratório correrão por conta da empresa licitante. Também poderá solicitar fotos e visita a obra já executada pela licitante, com o mesmo sistema construtivo.

As amostras deverão estar de acordo com as especificações que constam nos documentos do Termo de Referência, como critérios de desempenho, devendo estas serem entregues com identificação, contendo o tipo de amostra, nome da empresa, número do processo licitatório e dimensão da peça amostral. Os itens deverão ser enviados ou entregues pessoalmente na Seosp.

Para efeito de protocolo, a Licitante deverá apresentar, com as amostras, a descrição do item entregue e identificação da empresa, assim como autorizar a análise dos produtos para comprovar a compatibilidade com as exigências do Edital, mesmo que para isto as amostras sejam danificadas, e, também abdicar de qualquer indenização pela inutilização das mesmas.

As amostras apresentadas não serão devolvidas e ficarão sob controle da Seosp, para conferência ao decorrer da execução do contrato. Todos os custos, despesas diretas e indiretas para produção e envio dos itens é de inteira responsabilidade da Licitante.

Considerar-se-á DESCLASSIFICADA a proposta da Licitante que tiver as amostras reprovadas, que não corresponderem aos catálogos apresentados ou ao método construtivo proposto ou que não as apresentar.

Os catálogos e laudos serão analisados, verificando-se o atendimento às especificações técnicas do Edital, pela equipe técnica da Seosp.

10. DAS HABILITAÇÕES JURÍDICA; FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA; ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1. Qualificação Jurídica

- a) Cédula de Identidade, no caso de pessoa física.
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- f) Procuração do representante do licitante na Concorrência eletrônica, se for o caso.

10.1.1. Atentar às regras pertinentes à participação sob a forma de consórcio, conforme item 26 - DA SUBCONTRATAÇÃO.

10.2. Qualificação Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);
- e) Fazenda Estadual (inclusive do Estado de Rondônia para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e
- f) Fazenda Municipal; e
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;
- h) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

10.3. Regularidade Econômico-Financeira

Para a qualificação Econômico-financeira a Licitante arrematante deverá entregar:

10.3.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor Judicial da sede do Licitante, com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para a abertura da licitação.

10.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando-se como base a variação ocorrida no período, do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP – DI, publicada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro indicador que o venha substituir.

a) Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.1) Publicados em Diário Oficial ou

a.2) Publicados em Jornal ou

a.3) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

a.4) Quando a data da abertura do certame for superior ao dia 30 de abril do presente ano, somente será aceito o balanço do ano anterior.

b) O Balanço Patrimonial da Sociedade Anônima ou por Ações deverá ser o publicado em Diário Oficial, sendo que as de capital aberto deverão, ainda, vir acompanhadas de Parecer de Auditor(es) Independente(s). O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no “Livro Diário” contendo identificação completa da empresa, de seu titular, e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento. Os Termos deverão estar registradas na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos.

c) Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, por ser recém-constituída, apresentação de cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante.

10.3.2.1. os documentos exigidos no item 9.3.2 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

I - as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.3.3. a comprovação da situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Corrente (ILC), Liquidez Geral (ILG) e Solvência Geral (SG), bem como pela Disponibilidade Financeira Operacional, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG):

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}}$$

Solvência Geral (SG):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Valor Patrimonial (VP):

$$VP = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Capital Social}}$$

Cálculo dos Coeficientes K5, K6, K7 e Kf:

CAPACIDADE	ÍNDICES (1)	PESO (2)	INTERVALO DE PONTOS (1) X (2)
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE - ILC		30	
ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL - ILG		50	
VALOR PATRIMONIAL - VP		20	

TABELA PARA SE OBTER K5		TABELA PARA SE OBTER K6		TABELA PARA SE OBTER K7	
INTERVALO DE PONTOS DE ILC	K5	INTERVALO DE PONTOS DE ILG	K6	INTERVALO DE PONTOS DE VP	K7
15 ≤ ILC < 30 ®	1,2	25 ≤ ILG < 50 ®	2,0	10 ≤ VP < 20 ®	0,8
30 ≤ ILC < 36 ®	1,5	50 ≤ ILG < 60 ®	2,5	20 ≤ VP < 24 ®	1,0
36 ≤ ILC < 39 ®	1,8	60 ≤ ILG < 65 ®	3,0	24 ≤ VP < 26 ®	1,2
39 ≤ ILC < 51 ®	2,1	65 ≤ ILG < 85 ®	3,5	26 ≤ VP < 34 ®	1,4
ILC ≥ 51 ®	2,4	ILG ≥ 85 ®	4,0	VP ≥ 34 ®	1,6
VALOR ASSUMIDO PARA K5 =		VALOR ASSUMIDO PARA K6 =		VALOR ASSUMIDO PARA K7 =	

Sendo:

Kf = Coeficiente Financeiro

Kf = K5 + K6 + K7

Disponibilidade Financeira Operacional:

D = Disponibilidade Financeira Operacional

D = 1,25 x Kf x PL – SC

Onde:

PL = Patrimônio Líquido

SC = Saldo Contratual

SC = Σ Valor do compromisso – Σ Valor já faturado, isto é, a diferença entre a somatória dos compromissos e a somatória dos valores já faturados referentes aos compromissos.

A Disponibilidade Financeira deverá ser maior ou igual ao valor da proposta do Licitante, e deverá ser recalculada e entregue na assinatura do contrato. Para isso deverá ser entregue pelo licitante vencedor um novo Quadro, conforme ANEXO 12 – MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E CAPACIDADE OPERACIONAL FINANCEIRA.

c.1) As fórmulas indicadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

c.2) O licitante deverá apresentar Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,0 (um inteiro), Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior 1,0 (um inteiro) e Índice de Solvência Geral (SG); igual ou superior a 1,0 (um inteiro).

c.3) Na ocorrência de algum equívoco na elaboração destes cálculos, tendo o licitante fornecido dados que possibilitem a correção dos mesmos, não será motivo de inabilitação.

d) Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilidade e Capacidade Operacional Financeira com os compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação (ANEXO 12 – MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E CAPACIDADE OPERACIONAL FINANCEIRA).

10.3.3.1. As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

10.3.4. Comprovação de possuir Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor a ser contratado, mediante apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social – cópia extraída do Livro Diário e registrado na Junta Comercial ou publicação em Diário Oficial, ou Certidão de Cartório de Títulos ou Documentos. Uma vez apresentados estes documentos na forma do contido no item 10.3.2, não é necessária nova inclusão. Para as empresas cadastradas no Programa REFIS deverá ser obedecido o artigo 14 da Lei Federal n.º 9.964 de 10/04/2000.

10.3.5. Conforme regra estabelecida pelos §§ 1º e 2º do art. 15 da Lei nº 14.133/21, para as empresas que participarem em consórcio, exceto para consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, haverá um acréscimo de 20% sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira para as empresas que participarem em consórcio, exceto para consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas.

10.4. **Outras condições para Habilitação**

10.4.1. Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.4.2. Será exigida, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.4.3. O licitante deverá atestar que conhece o local e as condições de realização da obra, assegurado o direito de realização de vistoria prévia, conforme item 29 deste Termo de Referência.

10.4.3.1. A vistoria poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

11.2. A multa de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, será aplicada a quem:

- a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório;
- b) não manter sua proposta;
- c) apresentar declaração falsa;
- d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento;
- e) apresentar documento falso;
- f) de forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;
- g) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

11.3. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo VIII, do Decreto n.º 28.874/2024.

11.4. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 28.874/2024.

11.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, regulamentada, no âmbito do Estado de Rondônia, pelo Decreto n.º 23.907, de 2019.

11.6. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Rondônia (CAGEFOR).

11.7. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

11.7.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

11.8. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12. DA INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO E PENALIDADES

12.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 28.874/2024 e neste Termo de Referência.

12.2. Constituem motivo para extinção do contrato:

12.2.1. O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

12.2.2. O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

12.2.3. A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão da obra e/ou do serviço nos prazos estipulados;

12.2.4. O atraso injustificado no início da obra e/ou serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

12.2.5. A paralisação da obra e/ou do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

12.2.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse, exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

12.2.7. O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

- 12.2.8. O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Vistoria;
- 12.2.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;
- 12.2.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- 12.2.11. A dissolução da sociedade;
- 12.2.12. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz;
- 12.2.13. A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;
- 12.2.14. Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE;
- 12.2.15. A supressão, por parte do CONTRATANTE, de obras ou serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;
- 12.2.16. A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- 12.2.17. O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 12.2.18. A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- 12.2.19. O atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- 12.2.20. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.
- 12.2.21. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 12.2.22. A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;
- 12.2.23. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.
- 12.3. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos de processo administrativo autônomo, por meio do qual ficará assegurado o contraditório e ampla defesa.
- 12.4. A extinção do contrato poderá ser:
 - 12.4.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
 - 12.4.2. consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração;
- 12.5. A extinção administrativa ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 12.6. Quando a extinção ocorrer com base nos subitens 12.2.14 à 12.2.23, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito:
 - 12.6.1. Devolução da garantia;
 - 12.6.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da extinção;
 - 12.6.3. Pagamento do custo da desmobilização, quando couber;
 - 12.6.4. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.
- 12.7. A rescisão unilateral acarretará as seguintes consequências, sem prejuízos das sanções previstas neste instrumento:
 - 12.7.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do CONTRATANTE;
 - 12.7.2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente, mediante avaliação, nos casos de serviços essenciais conforme previsto na Lei;
 - 12.7.3. Perda ou execução da garantia contratual, para ressarcimento do Estado e dos valores das multas e indenizações a ele devidos;
 - 12.7.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados.
- 12.8. Na hipótese de ocupação provisória, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade competente do CONTRATANTE.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade definida no item 12.15, além das demais penalidades previstas neste Termo de Referência.

12.10. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o CONTRATADO à multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência, sem prejuízo do previsto no subitem 12.2.3.

12.10.1. A multa moratória não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras penalidades previstas neste Termo de Referência.

12.10.2. A multa será descontada dos pagamentos ou da garantia do respectivo contrato, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12.11. Pela inexecução total ou parcial, bem como pelo atraso injustificado na execução do contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar as seguintes sanções:

12.12. Advertência por escrito, em caso de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e seus anexos e neste Termo de Referência que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves;

12.13. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 30% (trinta por cento). Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória;

12.14. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.15. Multa de 30% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total do objeto;

12.16. Multa de 0,5% a 5,0% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;

12.17. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% ao dia sobre o valor da respectiva etapa do cronograma físico-financeiro do contrato
2	1,0% ao dia sobre o valor da respectiva etapa do cronograma físico-financeiro do contrato
3	1,5% ao dia sobre o valor da respectiva etapa do cronograma físico-financeiro do contrato
4	2,5% ao dia sobre o valor da respectiva etapa do cronograma físico-financeiro do contrato
5	5,0% ao dia sobre o valor da respectiva etapa do cronograma físico-financeiro do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	04
3	Manter trabalhador sem qualificação exigida para executar os serviços contratados, ou deixar de substituir trabalhador quando exigido pela fiscalização, por trabalhador;	03
4	Recusar-se a executar ou corrigir serviço determinado pela fiscalização, por serviço;	02
5	Permitir a execução de serviços sem a utilização de EPIS/EPCs, por trabalhador;	01
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar no Diário de Obras todas as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução.	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir trabalhador que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por trabalhador e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações do CONTRATADO	01
12	Zelar pelas instalações da Administração ou de terceiros.	03

12.18. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.19. Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

12.20. Impedimento de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, por prazo não superior a 3 (três) anos, nos casos e na forma previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 28.874/2024;

12.21. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Estado, nos casos e na forma previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 28.874/2024;

12.22. As sanções de advertência; impedimento de licitar e contratar; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a pena de multa.

12.23. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.24. Após encerramento do processo administrativo, a importância devida correspondente à aplicação de multa deverá ser recolhida junto ao CONTRATANTE em até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação do CONTRATADO.

13. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

Após a homologação da licitação e adjudicação de seu objeto, será produzida a respectiva Nota de Empenho, e, em seguida, formalizado o Termo de Contrato conforme a minuta anexa a este documento.

A adjudicatária terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, que se dará por meio de correspondência eletrônica e-mail, com confirmação do recebimento, para providenciar o cadastramento no sistema SEI, e assinar digitalmente o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, notificada nos prazos e condições estabelecidas neste documento, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas neste Termo de Referência.

O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, quando solicitado pela empresa e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela contratante.

Na data da assinatura do Contrato, o representante da empresa vencedora do Certame deverá:

- Comprovar seu poder para assinatura de contratos em nome da empresa, através de documento legal;
- Atualizar todos os documentos apresentados na proposta, se vencidos;
- Prestar a garantia adicional quando for o caso;
- Se necessário, apresentar o visto junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/RO do Estado de Rondônia, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 5.194, de 24/12/66, em consonância com a Resolução nº 336, de 27/10/89, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, quando a licitante vencedora for sediada em outra jurisdição e, consequentemente, inscrita no CREA de origem;
- Prestar, declaração da empresa, indicando o(s) profissional(is) que será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) pela conformidade da obra com normas regulamentadoras de segurança do trabalho; e para o início do respectivo trabalho, apresentar registro da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do respectivo profissional junto ao CREA/RO;
- Apresentar à contratante, para efeito no disposto dos incisos III, IV e XI do caput do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11/01/2012, declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da referida Instrução Normativa, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, podendo ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil), sem prejuízo de o declarante informar, imediatamente, qualquer alteração na situação declarada; e
- Apresentar à contratante a Anotação e/ou Registro de Responsabilidade Técnica do responsável técnico (CREA/CAU) referente a elaboração das peças técnicas da sua proposta.

Na hipótese da não assinatura do contrato, nos prazos e condições estabelecidos, poderá ser convocar outra licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após, comprovados os requisitos habilitatórios, caso necessário, e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do [art. 124](#) da Lei nº 14.133/21.

Observadas as demais disposições constantes no [Capítulo VI, Seção VI](#) da Lei nº 14.133/21, a rescisão do contrato:

- Poderá ser declarada unilateralmente pela contratante, no caso de a Contratada deixar de executar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou havendo a incidência de algum dos casos previstos no [art. 124 à 130](#) da Lei nº 14.133/21, conforme disposto na referida Lei;
- Será declarada unilateralmente pela contratante se, durante a vigência do contrato, a Contratada contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados

ao Governo, haja vista ser vedada, nesses casos, a manutenção, aditamento ou prorrogação contratual, conforme disposto no art. 3º da Resolução n. 07/2005, alterado pela Resolução n. 09/2005, ambas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, não implicando qualquer ônus para o Governo; e

- Poderá ocorrer mediante acordo entre as partes ou por via judicial, conforme disposto no [art. 138](#) da Lei 14.133/21.

A rescisão unilateral ou mediante acordo entre as partes, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e, em qualquer caso, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

A inobservância das regras previstas no Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, durante o período de execução contratual acarreta a quebra de cláusula contratual e possibilita a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no contrato e em normas correlatas.

É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução n. 156 do CNJ, de 8 de agosto de 2012.

No interesse da Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOSP, o objeto desta licitação poderá ter acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme disposto no [Art. 125](#) da Lei nº 14.133/21.

Na celebração de eventual termo aditivo que verse sobre valores do contrato, deverá ser respeitado o percentual de desconto apurado entre o valor global contratado e o valor total estimado no orçamento-base da licitação.

No acréscimo de serviços não previstos anteriormente no contrato, devem ser observados, nos limite de que trata o Art. 125 da Lei nº 14.133/21, os valores discriminados na tabela de preços oficial utilizada à época da elaboração do orçamento-base da licitação.

É vedada a compensação de quantitativos de acréscimos e supressões, devendo as eventuais alterações de quantitativos fundamentadas no Art. 125 da Lei nº 14.133/21 considerarem os acréscimos e supressões de forma isolada, conforme o Acórdão nº 749/2010 – TCU – Plenário.

14. DA GARANTIA DO CONTRATO

14.1. Caberá ao CONTRATADO optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos de dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) fiança bancária;
- c) seguro-garantia;
- d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total (inciso IV do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021), incluído pela Lei Federal nº 14.770/2023.

14.1.1. As garantias serão equivalentes a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, incluído, no que couber, o reajustamento de preços.

14.1.2. No caso de garantia em dinheiro, o CONTRATADO depositará em conta bancária específica, informada pelo CONTRATANTE, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

14.1.3. No caso de garantia em cheque, somente será aceito pelo CONTRATANTE, cheque administrativo.

14.1.4. No caso de garantia prestada na modalidade de seguro-garantia, deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, da Certidão de Regularidade Operacional junto à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, em nome da Seguradora que emitir a apólice.

14.1.5. A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.

14.1.6. Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, a mesma não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

14.1.7. No caso de garantia prestada em títulos da dívida pública, deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, das seguintes comprovações:

- a) origem/aquisição mediante documento respectivo e lançamento contábil por meio de registros no balanço patrimonial do CONTRATADO;
- b) documento emitido por entidade ou organismo oficial, dotado de fé pública, demonstrando o valor do título atualizado monetariamente.
- c) memória de cálculo da correção atualizada do valor do título realizada por profissional legalmente habilitado.

14.1.8. Serão aceitos pelo CONTRATANTE apenas e tão somente títulos passíveis de resgate incontestável sob qualquer aspecto e com prazos de resgate de no máximo 90 dias após o prazo contratual.

14.1.9. O CONTRATANTE se reserva ao direito de averiguar, de acordo com as cautelas de estilo, a autenticidade do(s) título(s). Em se constatando indícios de fraude, o CONTRATANTE deverá oferecer denúncia ao Ministério Público.

14.1.10. A validade do seguro-garantia e fiança bancária será de 180 (cento e oitenta) dias além do prazo de execução dos serviços. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

14.1.11. Uma das garantias previstas no item 14.1 letras a, b, e c, deverá ser apresentada previamente à assinatura do contrato a ser celebrado com o CONTRATANTE. O atendimento a esta determinação é requisito para a assinatura do contrato.

14.1.11.1. No caso de o contratado optar pela modalidade seguro-garantia, deverá apresentá-lo no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

14.1.12. A garantia do contrato acompanhará os eventuais ajustes do valor contratual, devendo ser complementada pelo CONTRATADO, quando da celebração de Termos Aditivos ou apostilamentos ao contrato original, quando couber.

14.1.13. Como condição para assinatura do contrato, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2. A caução referente ao reajuste, será retida pelo CONTRATANTE, quando devida, por ocasião do pagamento das parcelas.

14.3. Havendo acréscimo no valor contratual, o CONTRATADO deverá proceder o reforço proporcional da garantia. O não atendimento autoriza o CONTRATANTE a descontar das faturas o valor correspondente.

14.4. As garantias serão devolvidas ao CONTRATADO, após a lavratura do termo de recebimento definitivo e da apuração dos haveres, devidamente atualizados e da apresentação dos documentos exigidos no item 23.2 deste Termo de Referência.

15. DO REAJUSTE DO CONTRATO

15.1. Os preços contratuais dos serviços e obras poderão ser reajustados, em Reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e com os art. 154 e 156 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

15.2. Os valores contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 01 (um) ano, de acordo com a Lei n.º 10192, de 14 de fevereiro de 2001.

15.3. Na hipótese em que, antes da data da concessão do reajustamento, já houver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, a revisão será considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

15.4. Em obediência ao princípio de anualidade de proposta (art. 2º, §1º, c/c art. 3º da Lei n.º 10.192/2001), em caso de eventual reajuste de preços solicitados pela contratada dentro da vigência contratual e desde que transcorrido o prazo de 12 meses da data da apresentação da proposta, aplicar-se-á ao cálculo índices específicos e/ou setoriais, conforme admitido pela Lei nº 14.133/2021.

15.5. A data-base da planilha orçamentária será a da última publicação do tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) para o Estado de Rondônia no momento da elaboração do orçamento pela futura empresa contratada. Esta será a data-base para reajuste, observado o disposto na Cláusula de Reajuste do Edital.

15.6. Serão adotados os seguintes índices de reajuste:

a) Para os serviços de Terraplanagem, Pavimentação, Drenagem, Sinalização Horizontal e Vertical, Mobilização e Desmobilização, Administração Local - pelos índices de reajustamentos de obras rodoviárias, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas FGV, de acordo com a Instrução Normativa nº 1/DNIT SEDE, de 24 de janeiro de 2023, [disponibilizados no site do DNIT](#).

b) Para os serviços de elaboração dos projetos de engenharia - INCC -DI Coluna 39

c) Para os demais itens - INCC -DI Coluna 35, (MÉDIA GERAL)

15.7. Se em consequência de culpa do CONTRATADO forem ultrapassados os prazos, o reajustamento só será aplicado com índice correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes.

15.8. Se o CONTRATADO antecipar o cronograma de execução, o reajustamento será aplicado com índice correspondente somente pelo período de execução efetiva do objeto contratado, conforme previstos na planilha de medição.

15.9. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste Termo de Referência deve ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo.

15.10. Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I_1 - I_0)}{I_0} \times V$$

R= valor da parcela de reajustamento procurado.

I₀= O índice de preços inicial (I₀) será o índice econômico vigente na data do orçamento

I₁= O índice de preços (I₁) será o índice econômico vigente no mês do vencimento de cada período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da data base do orçamento

V= valor a preços iniciais da parcela do contrato de obras ou serviços a ser reajustados.

15.11. Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

- 15.12. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas cuja previsão de execução no cronograma esteja além da data-base considerada.
- 15.13. Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.
- 15.14. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, será pago à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 15.15. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 15.16. Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no item anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.
- 15.17. O pedido de reajuste do contrato deverá ser instruído, com os seguintes documentos:
- Requerimento da contratada devidamente assinado pelo seu responsável;
 - Planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato; e
 - Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.
- 15.17.1. Caso a proposta da empresa licitante seja composta por orçamento com desoneração o reajuste será calculado sobre o custo direto, com posterior adequação do percentual previdenciário e por ultimo a aplicação do BDI já com ajuste do CPRB do exercício vigente.
- 15.18. A revisão contratual será concedida, a pedido da contratada, para promover o reequilíbrio econômico-financeiro da avença, diante da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 15.18.1. Nos termos do artigo 133 da Lei 14.133/2021, além do descrito acima, somente poderá haver alteração dos valores contratuais: por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei; ou por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.
- 15.19. O pedido de revisão de contrato deverá ser instruído com os seguintes documentos:
- Requerimento da contratada devidamente assinado pelo seu responsável;
 - Planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato;
 - Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato;
 - Documentação hábil demonstrando a ocorrência de fatos imprevisíveis, fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual;
 - Ato do ordenador de despesa do órgão ou entidade que decidir pelo reconhecimento das circunstâncias que autorizam a revisão do contrato; e
 - Pesquisa de preços praticados no mercado a fim verificar se o preço reequilibrado permanece atendendo o pressuposto fundamental da licitação, se for o caso.
- 15.20. A revisão será formalizada por meio de termo aditivo.

16. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Conforme art. 117 da Lei nº 14.133/21, a execução do contrato decorrente do presente Certame deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais representantes da Administração especialmente designado, dessa forma, o referido Contrato terá como Gestor, o Coordenador de Projetos e Orçamento da SEOSP, que será assistido e subsidiado por um ou mais Fiscais Administrativos e um ou mais Fiscais Técnicos.

O Gestor e os Fiscais do Contrato poderão ser localizados no prédio do Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP, situado no Edifício Rio Jamary, Av. Farquar, 2986 - Pedrinhas, Porto Velho - RO. Fone: (69) 3212-8108 - nos horários das 07:30 às 13:30.

Considerando o alto nível de complexidade em torno da gestão do contrato e fiscalização de obras e serviços de engenharia, bem como o grande volume de recursos que será empregado na obra, faz-se necessário, e, indispensável que se institua para fins deste Termo de Referência, a figura do Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico com a finalidade de auxiliar o Gestor, tendo as seguintes atribuições:

Fiscal Administrativo: servidor(a) com conhecimento na Área Administrativa, a quem compete fiscalizar o contrato advindo deste Termo de Referência estritamente quanto aos aspectos administrativos da execução, limitados ao controle e acompanhamento da parte referente à documentação formal do contrato, compreendendo a verificação da legislação fiscal, tributária, trabalhista, comercial e contábil; e

Fiscal Técnico: servidor (a) com conhecimento na Área Técnica, Engenharia e/ou Arquitetura, a quem compete fiscalizar o contrato advindo deste Termo de Referência nas questões estritamente técnicas, tais como: Compatibilidade entre

Projetos e Planilhas e Memoriais Descritivos de Engenharia e de Arquitetura, acompanhamento da execução e cumprimento do Cronograma Físico Financeiro, a conformidade dos Projetos com as normas técnicas da ABNT, aderência às normas, e legislações Federal, Estadual e Municipal dentre outros aspectos da área Técnica, bem como no procedimento licitatório, fase interna e externa, para tanto, caso julgue necessário e pertinente, poderá solicitar auxílio de outro Técnico deste Poder, e desde que devidamente justificado, solicitar ao Gestor do Contrato um profissional especializado do setor público ou da iniciativa privada.

17. DA ESTIMATIVA DA DESPESA

O valor de referência da contratação considerando a elaboração de projetos e execução da 1ª fase da obra é de R\$ 22.432.407,18 (vinte e dois milhões, quatrocentos e trinta e dois mil quatrocentos e sete reais e dezoito centavos).

A estimativa de custos para execução da obra, elaborada pela Coordenação de Projetos e Orçamentos - CPO, Anexo 9 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA 1ª ETAPA, foi realizada a partir dos anteprojetos de engenharia e arquitetura.

O valor de referência para a edificação foi elaborado fazendo a combinação de metodologias pela ausência de projetos básicos, executivos e complementares, como é o caso de fundações, estruturas, instalações elétricas e hidrossanitárias, tubulações, entre outros.

O Orçamento de Referência em nenhum momento poderá ser utilizado pela CONTRATADA para quaisquer questionamentos técnicos ou não, tais como de especificações de materiais, origens de insumos e fornecedores, distâncias de transportes, viabilidades de soluções adotadas como referência, entre outros.

ESTIMATIVA DE CUSTO DE PROJETO E OBRA - 1ª ETAPA	
SERVIÇO	VALOR ESTIMADO
Elaboração dos Projetos Básicos e Executivos	R\$ 604.151,62
Execução da 1ª Etapa da Obra	R\$ 21.828.255,56
CUSTO TOTAL DA 1ª ETAPA	R\$ 22.432.407,18

No caso de apresentação de proposta com valor maior que o valor de referência, deverá ser justificado tecnicamente no Plano de Trabalho (ANEXO 3 – CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO DE TÉCNICA E PREÇO).

18. DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DOS PESOS ATRIBUÍDOS

A avaliação técnica e pontuação somente será realizada para as empresas que apresentaram os documentos da proposta técnica e de preço.

Para contabilizar 70% referente à Técnica, serão considerados os seguintes Fatores:

- Capacitação Técnica da Licitante
 - a) **Fator 1 - Área Construída;**
 - b) **Fator 2 - Prazo de Execução;**
 - c) **Fator 3 – Certificação de Qualidade;**
- Experiência Profissional do Corpo Técnico da Licitante
 - d) **Fator 4 - Acervo Técnico referente a centro esportivo e de exibição (estádios, ginásios e piscinas com arquibancadas, rodeios, autódromos, sambódromos, arenas em geral, pista de patinação e assemelhados);**
 - e) **Fator 5 - Tempo de Serviço;**
- Plano de Trabalho
 - f) **Fator 6 – Plano de Trabalho.**

Terão o mesmo peso, somando 35 pontos cada, os itens relativos à comprovação da experiência da empresa licitante (fatores 1, 2 e 3) e a sua proposta de plano de trabalho (fator 6). Já os fatores 4 e 5, relativos à comprovação de capacidade técnica e tempo de serviço de seus funcionários, somarão peso total de 20 pontos, por fim, o fator 7, quanto ao desempenho pretérito com a Administração Pública, terá peso total de 10 pontos.

Justifica-se a adoção de tal proporção tendo em vista a relevância da habilidade da empresa, comprovada por meio de documentação relativa a obras concluídas e certificados obtidos.

Tão importante quanto este histórico é o plano de trabalho futuro para os projetos e a execução da obra em questão, a ser mensurado em diversos itens, conforme lista o Anexo 3, para alcançar seus 35 pontos. Ainda, com peso menor, mas perfazendo 20 pontos, estão as comprovações de técnica e tempo de serviço dos funcionários da empresa, que também são relevantes para o bom desenvolvimento do trabalho.

FATORES RELATIVOS À EMPRESA LICITANTE	
FATOR 1 - Pontuação por área construída	10
FATOR 2 - Pontuação por prazo de execução	10
FATOR 3 - Certificação de Qualidade	15
FATORES RELATIVOS AOS PROFISSIONAIS	

FATOR 4 - Acervo referente a centro esportivo e de exibição	10
FATOR 5 - Tempo de Serviço	10
PLANO DE TRABALHO	
FATOR 6 - Plano de Trabalho	35
FATOR DE DESEMPENHO	
FATOR 7 - Desempenho Pretérito com a Administração Pública	10
TOTAL	100

Por se tratar de uma licitação com critério de julgamento Técnica e Preço, a apresentação da documentação referente à Capacitação Técnica é obrigatória. Além disso, é essencial que seja atingida pontuação diferente de zero nos fatores relativos à referida Capacidade Técnica. Portanto, a proponente que não apresentar e/ou zerar a pontuação técnica será desclassificada do certame.

18.1. Capacitação Técnica da Licitante

Serão pontuadas obras executadas pela empresa, com área mínima de 11.530,71m², compatíveis com o objeto da licitação, com o mesmo sistema construtivo proposto, através da apresentação de Certidão de Acervo Operacional (CAO) ou Certidão de Acervo Técnico-CAT com Atestado, em nome da empresa licitante.

As empresas poderão apresentar até 05 (cinco) obras executadas para pontuação. Neste item, será contabilizado apenas ART/RRT de execução de obras.

Serão pontuados a área construída e o prazo para execução da obra, da seguinte forma:

a) FATOR 1 - Área construída

- Para obras de 11.530,71 a 25.000,00m²: 1 ponto por obra
- Para obras de 25.000,01 a 32.000,00m²: 1,5 pontos por obra
- Para obras acima de 32.000,01m²: 2 pontos por obra. As empresas poderão apresentar até 05 (cinco) obras para pontuação.

b) FATOR 2 - Prazo de execução

- Para obras de 11.530,71 a 25.000,00m² executadas em até 18 meses: 1 ponto
- Para obras de 25.000,01 a 32.000,00m² executadas em até 21 meses: 2 pontos
- Para obras acima de 32.000,01m² executadas em até 24 meses: 3 pontos

As empresas poderão apresentar até 05 (cinco) obras para pontuação, totalizando pontuação máxima de 10 pontos.

A apresentação de acervo adicional para pontuação NÃO SERÁ CONTABILIZADA, podendo ser pontuado somente o acervo apresentado para a habilitação, conforme item 9 deste Termo de Referência (DA HABILITAÇÃO TÉCNICA).

c) FATOR 3 - Certificação de qualidade

A certificação de qualidade tem como objetivo avaliar a conformidade dos serviços executados pela empresa. Dessa forma, é possível avaliar boas práticas da empresa, padrões melhores de trabalho, atestando a qualidade, capacitação, responsabilidade e regularidade na execução dos serviços.

Existem certificações voltadas para diversas áreas da construção civil, tais como:

- sustentabilidade;
- qualidade;
- *compliance*.

Como exemplos de certificações que poderão ser apresentadas, citam-se:

- PBQP-H: Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat, embasado no Sistema de Gestão da Qualidade com base na ISO 9001 e requisitos que tratam da rotina da execução de obras, oferecendo um sistema compatível com a realidade brasileira e objetivos do programa: qualidade, produtividade e sustentabilidade das unidades habitacionais do Governo Federal.
- GPTW: Great Place to Work é uma consultoria global que apoia organizações para obter melhores resultados por meio de uma cultura de confiança, alto desempenho e inovação.
- International Organization for Standardization ISO 9001: grupo de normas técnicas que estabelecem um modelo de gestão da qualidade para organizações em geral. Esta família de normas estabelece requisitos que auxiliam a melhoria dos processos internos, a maior capacitação dos colaboradores, o monitoramento do ambiente de trabalho, a verificação da satisfação dos clientes, colaboradores e fornecedores, num processo contínuo de melhoria do sistema de gestão da qualidade dos processos e operações do negócio.
- International Organization for Standardization ISO 37001 e ISO 37301: refere-se à conformidade e integridade empresarial, sendo a ISO 37301 – Sistema de Gestão de Compliance com o objetivo de “Permitir

que uma organização demonstre seu compromisso em cumprir as leis relevantes, incluindo requisitos legais, códigos do setor e padrões organizacionais, bem como padrões de boa governança corporativa, melhores práticas, éticas e expectativas da comunidade” e ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno com objetivo de “Implementar medidas razoáveis e proporcionais concebidas para prevenir, detectar e responder ao suborno”.

- International Organization for Standardization ISO 14001: A norma fornece à organização uma abordagem sistemática para planejar, implementar e gerenciar um sistema de gestão ambiental e especifica os requisitos para que uma organização identifique e compreenda de forma proativa os aspectos ambientais de suas atividades, produtos e serviços e os impactos ambientais associados.

Observações do "FATOR 3":

- As certificações apresentadas para pontuação devem estar vigentes no período licitatório.
- Será contabilizada a pontuação de 02 pontos por certificação válida, mais 01 ponto por ano de vigência da certificação. Pontuação total limitada a 15 pontos.
- Vale reforçar que a(s) certificação(ões) não é(são) critério de habilitação técnica operacional, apenas critério para pontuação da proposta técnica.

18.2. Capacitação Técnica dos Profissionais

18.2.1. Experiência Profissional do Corpo Técnico da Licitante

a) FATOR 4 – Acervo Referente a Centro Esportivo e de Exibição

Serão pontuados através da apresentação de Atestado de Capacidade Técnica em nome do profissional responsável técnico, acompanhado de cópia da respectiva Certidão de Acervo Técnico-CAT, referente a Projetos de centro esportivo e de exibição com área mínima de 11.530,71m², para profissionais de Arquitetura e/ou Engenharia, dos profissionais indicados na equipe técnica da licitante pelos seguintes projetos:

- Projeto Arquitetônico: 1 ponto
- Gerenciamento e Compatibilização de projetos: 1 ponto

As empresas poderão apresentar no máximo 05 (cinco) atestados para Projeto Arquitetônico e 05 (cinco) atestados para Gerenciamento e Compatibilização de projetos para pontuação, independente da quantidade de funcionários do quadro técnico.

b) FATOR 5 – Tempo de serviço

Serão pontuados pela comprovação de cada 5 anos de serviço na área de interesse, através de comprovação por carteira de trabalho, Contrato de serviço ou atestado emitido por empresa da área de arquitetura e/ou engenharia com registro no CAU e/ou CREA.

O tempo de serviço será calculado pelo somatório total de anos trabalhados, independentes da empresa ou local de trabalho.

Será considerada a pontuação do profissional responsável pelas seguintes disciplinas: Projeto Arquitetônico, Projeto Estrutural, Projeto de Instalações Hidrossanitárias, Projeto de Instalações Elétricas e Gerenciamento e Compatibilização de Projetos (Especialista BIM).

Caso o mesmo profissional seja responsável por várias disciplinas, ele pontuará em todas elas. Será contabilizado a pontuação de 01 profissional por disciplina, com pontuação total limitada a 10 pontos.

Pontuação atribuída para cada 5 anos (completos e sem fracionamento) de trabalho na área de interesse: 0,5 pontos

Obs.: Como imposto pelo art. 38 da Lei nº 14.133/21 O(s) profissional(is) indicado(s) pela Licitante para fins de pontuação deverá(ão) participar de forma direta e pessoal da obra ou serviço objeto da licitação. Após a celebração do Contrato, somente será admitida a substituição legal de qualquer profissional indicado em situações excepcionais, desde que o motivo seja justificado, comprovado e plausível e o novo profissional indicado seja submetido aos mesmos critérios de avaliação estipulados neste EDITAL e demonstre ter qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído.

18.3. Plano de Trabalho

a) FATOR 6 – Plano de trabalho

A empresa participante deverá apresentar o Plano de Trabalho para pontuação. O plano de trabalho deve descrever o método construtivo proposto, incluindo suas vantagens com relação ao sistema convencional de construção em concreto e alvenaria, e também suas vantagens em relação a outros sistemas similares ao proposto que não foram escolhidos. Além disso, é obrigatória a apresentação das soluções escolhidas para economia de água e energia elétrica, destacando seu funcionamento e resultados esperados. Caso estes itens não sejam incluídos, isto implicará na desclassificação da licitante.

O plano de trabalho será avaliado, recebendo pontuação até 35 pontos, no que se refere principalmente aos quesitos de sustentabilidade, contemplando: materiais, sistemas e processos construtivos, canteiro de obras, água, energia, resíduos, conforto higrotérmico e acústico. O plano de trabalho poderá incluir também informações da empresa, referente aos trabalhos desenvolvidos, certificações de qualidade da empresa, certificação PBQP-H (Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat), certificações de projetos e obras como LEED, AQUA-HQE, premiação em concursos da empresa ou responsáveis técnicos indicados e demais informações relevantes.

O descritivo da pontuação referente ao Plano de Trabalho consta no ANEXO 3 – CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO DE TÉCNICA E PREÇO. Os documentos de comprovação das informações poderão ser solicitados pelo Agente de Contratação, quando cabível.

18.4. Desempenho

a) FATOR 7 - Desempenho Pretérito com a Administração Pública

Em atendimento ao art. 37, inciso III, da Lei 14.133/2021 no julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser atribuído notas por desempenho do licitante em contratações anteriores aferido nos documentos comprobatórios de que trata o § 3º do art. 88 da Lei Nº 14.133/2021 e em registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Art. 87, § 3º A atuação do contratado no cumprimento de obrigações assumidas será avaliada pelo contratante, que emitirá documento comprobatório da avaliação realizada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, o que constará do registro cadastral em que a inscrição for realizada.

Os desempenhos enquadrados como "baixo, ruim ou péssimo" não terão pontuação (zero), os desempenhos enquadrados como "médio ou bom" terão pontuação 1 (um), já os desempenhos enquadrados como superior, ótimo ou excelente terão pontuação 2,5 (dois e meio).

A pontuação do fator 7 será limitada a 10 pontos.

19. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

O Termo de Referência apresenta o percentual de 30% para preço e 70% para técnica.

Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá informar o Preço Global, com no máximo duas casas decimais, com a inclusão de todos os custos operacionais de sua atividade/serviço e os tributos eventualmente incidentes, bem como as demais despesas diretas e indiretas, não cabendo à CONTRATANTE nenhum custo adicional.

O preço máximo admitido para execução do objeto deste Termo de Referência é de R\$ 22.432.407,18 (vinte e dois milhões, quatrocentos e trinta e dois mil quatrocentos e sete reais e dezoito centavos).

Não serão aceitas propostas com valor superior ao preço máximo estimado para a licitação. Os licitantes deverão ofertar descontos sobre o preço máximo que é composto por:

ESTIMATIVA DE CUSTO DE PROJETO E OBRA - 1ª ETAPA	
SERVIÇO	VALOR ESTIMADO
Elaboração dos Projetos Básicos e Executivos	R\$ 604.151,62
Execução da 1ª Etapa da Obra	R\$ 21.828.255,56
CUSTO TOTAL DA 1ª ETAPA	R\$ 22.432.407,18

O Orçamento de Referência em nenhum momento poderá ser utilizado pela CONTRATADA para quaisquer questionamentos técnicos ou não, tais como de especificações de materiais, origens de insumos e fornecedores, distâncias de transportes, viabilidades de soluções adotadas como referência, entre outros.

As Propostas que atenderem em sua essência aos requisitos do Edital, serão verificadas quanto a discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso prevalecendo o valor por extenso.

Após as eventuais correções, o Agente de Contratação procederá ao cálculo da Pontuação de cada licitante, conforme definido na fórmula do item seguinte.

No caso de apresentação de proposta de preço com valor maior que o valor de referência, deverá ser justificado tecnicamente no Plano de Trabalho.

Caso a proposta da empresa licitante apresente orçamento com desoneração deverá obrigatoriamente prever as alterações contidas na Lei nº. 14.973 de 16/09/2024, em especial:

Art. 9º-A. Nos exercícios de 2025 a 2027, as empresas referidas nos arts. 7º e 8º desta Lei poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição parcial às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, sendo tributadas de acordo com as seguintes proporções:

I – de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2025:

- a) 80% (oitenta por cento) das alíquotas estabelecidas nos arts. 7º-A e 8º-A desta Lei; e
- b) 25% (vinte e cinco por cento) das alíquotas previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

II – de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2026:

- a) 60% (sessenta por cento) das alíquotas previstas nos arts. 7º-A e 8º-A desta Lei; e
- b) 50% (cinquenta por cento) das alíquotas previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e

III – de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2027:

- a) na proporção de 40% (quarenta por cento) das alíquotas previstas nos arts. 7º-A e 8º-A desta Lei; e
- b) 75% (setenta e cinco por cento) das alíquotas previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

20. FÓRMULA PARA CÁLCULO DO RESULTADO FINAL

A classificação dos proponentes far-se-á em ordem decrescente dos valores das Notas Finais, sendo declarada vencedora a licitante que atingir a maior Nota Final na aplicação das fórmulas abaixo:

$$PT = \text{Fator 1} + \text{Fator 2} + \text{Fator 3} + \text{Fator 4} + \text{Fator 5} + \text{Fator 6}$$

Onde:

PT= Proposta Técnica

Fator 1 = Área construída

Fator 2 = Prazo de execução

Fator 3 = Certificação de qualidade

Fator 4 = Acervo referente a edificação

Fator 5 = Tempo de serviço

Fator 6 = Plano de trabalho

$$\text{Índice Técnico (IT): } \frac{\text{PT da Proposta em Exame}}{\text{Maior PT entre as Propostas}} \times 100$$

$$\text{Índice de Preço (IP): } \frac{\text{Menor Preço Global entre as Propostas}}{\text{Preço Global da Proposta em Exame}} \times 100$$

O cálculo da "Nota Final" dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das Propostas Técnicas e de Preço, da seguinte forma:

$$\text{NOTA FINAL: } \frac{(\text{Índice Técnico} * 70) + (\text{Índice de Preço} * 30)}{100}$$

21. CASO DE EMPATE

Consoante à Lei nº 14.133/2021, em caso de empate entre duas ou mais propostas, deve haver disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

Entende-se que a nova proposta será de preço e, em seguida, levando em conta a proposta técnica, deverá ser recalculada a nota para o estabelecimento do vencedor do pleito, conforme disposto no Art. 60 e incisos da Lei nº 14.133/2021:

Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- I – disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - II – avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos desta Lei;
 - III – desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - IV – desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- § 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - II - empresas brasileiras;
 - III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

22. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

Os serviços de engenharia serão executados pela CONTRATADA, obedecendo às normas legais pertinentes e de acordo com Anteprojeto fornecido pelo SEOSP. Fica demonstrado que os projetos e os demais documentos anexos se complementam entre si e, caso haja alguma inconsistência a mesma deverá ser apontada formalmente e solucionada pela fiscalização da CONTRATANTE.

A execução do objeto seguirá a dinâmica determinada pelo cronograma físico-financeiro aprovado.

O recebimento dos serviços dar-se-á primeiramente através de recebimento provisório em documento formal, conforme modelo fornecido pela SEOSP, de acordo com o especificado em Contrato.

Os serviços somente serão recebidos definitivamente se forem executados obedecendo integralmente ao estabelecido no Contrato firmado com a SEOSP, às especificações desse Termo de Referência, às alterações solicitadas pela SEOSP no caso de terem havido alterações no projeto e na respectiva execução dos serviços definitivos das obras.

O Termo de Recebimento Definitivo das obras e serviços contratados será lavrado em até 90 (noventa) dias corridos, a critério da CONTRATANTE, após o Recebimento Provisório.

Finalizado esse prazo para sanar os defeitos e imperfeições não corrigidos tempestivamente pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá utilizar-se das garantias contratuais, não desconsideradas as demais medidas administrativas punitivas

passíveis de adoção pela CONTRATANTE.

23. DAS CONDIÇÕES DE ACEITE DOS SERVIÇOS E PAGAMENTOS

A CONTRATANTE designará representantes para a fiscalização dos projetos, obras e serviços complementares para a realização das medições referentes às etapas dispostas no Cronograma Físico-Financeiro.

23.1. Das Condições de Aceite dos Projetos

Os projetos básico e executivo somente serão aceitos e aprovados pela SEOSP, após verificado que o nível de detalhamento e especificações técnicas de todos os projetos considerados necessários pela CONTRATANTE, contemplam os serviços e obras do escopo do objeto contratado, incluindo a aprovação nos órgãos competentes.

Os Termos de Entrega e Recebimento serão utilizados como instrumentos formais, o primeiro para confirmação da entrega e o segundo para aprovação/aceitação por parte da CONTRATANTE.

Executadas, apresentadas e entregues as etapas dos projetos básico e executivo, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Entrega, desde que o produto apresentado seja entregue na sua completude, pelo qual será atestado a sua entrega, para posterior verificação da sua conformidade com as especificações previstas no Contrato e em seus anexos.

Os produtos/serviços a serem entregues pela CONTRATADA, para a obtenção do Termo de Entrega, devem estar, obrigatoriamente, em suas versões finais, não devendo ser entregues, para este fim, em suas versões preliminares, rascunhos ou similares.

Emitido o Termo de Entrega, a CONTRATANTE providenciará a verificação de conformidade dos projetos entregues na etapa em questão, de acordo com os critérios definidos no Contrato e em seus anexos, podendo solicitar, sem custos adicionais, os esclarecimentos e ajustes que se fizerem necessários.

Aprovada a Etapa de Projeto, a CONTRATANTE emitirá, em até 5 (cinco) dias úteis, o Termo de Recebimento. Uma vez reprovada, a CONTRATANTE convocará a CONTRATADA para efetuar os ajustes necessários dentro do prazo definido para execução dos projetos.

Finalizados os ajustes, a CONTRATANTE reavaliará a Etapa, emitindo, caso aprovados, o Termo de Recebimento. Caso rejeitados, a CONTRATADA ficará sujeita à aplicação de penalidades, confirmados os casos de reincidência de apontamentos não atendidos e ou negligenciados.

O critério a ser utilizado para a medição será baseado em serviços efetivamente executados, não sendo admitido adiantamento de parcelas referentes a serviços ainda não executados.

Deverão ser emitidas junto ao CREA e/ou CAU e apresentados os comprovantes de pagamento das respectivas ARTs e/ou RRTs, por parte dos profissionais declarados na fase de habilitação como responsáveis pela elaboração dos projetos.

Após o aceite dos serviços entregues, a CONTRATADA poderá emitir Nota Fiscal para pagamento.

23.2. Das Condições de Aceite da Obra

O pagamento das etapas constantes no Cronograma Físico-Financeiro vigente será efetuado por meio de medição, as quais ocorrerão periodicamente a cada 30 (trinta) dias ou período menor, a contar da Emissão da Ordem de Serviço, desde que cumpridas as cláusulas contratuais e atendidas as condições para a liberação das parcelas.

A fiscalização procederá as medições baseadas nas etapas realizadas, cujo percentual, deverá ser, no mínimo igual ao constante do Cronograma Físico-Financeiro vigente, para que se permita a elaboração do processo de faturamento. Caso contrário, será registrada a situação, inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

O pagamento da primeira nota fiscal/fatura somente poderá ocorrer após a comprovação do cumprimento das cláusulas referentes a seguros e garantias contratuais e após confirmados o recebimento das respectivas ARTs e/ou RRTs por parte dos profissionais declarados na fase de habilitação.

Os serviços referentes a cada parcela serão pagos apenas depois de concluídos e aceitos pela CONTRATANTE, sendo que as medições estarão condicionadas à entrega do As Built da etapa em questão, executado com base nos modelos.

A CONTRATADA ficará obrigada a entregar os seguintes documentos para a emissão do Termo de Recebimento Provisório:

- a) Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar – CVCB, aprovando o serviço;
- b) Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra / “Habite-se” emitido pela Prefeitura Municipal local;
- c) ARTs/RRTs complementares;
- d) As built, elaborado pelo responsável por sua execução;
- e) Livro de Ordem - diários de obra remanescentes;
- f) Recebimento das garantias dos equipamentos;
- g) Manual do usuário;
- h) Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- i) Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da reparação/adaptação junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência junto à Justiça do Trabalho, Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

23.3. Do prazo para pagamento

Em obediência ao estabelecido pelo art. 190 do Decreto Estadual nº 28.874/24, após a habilitação devida, o pagamento será realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

24. SUSTENTABILIDADE

A empresa CONTRATADA para a prestação dos serviços deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

- a) Que use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) Que adote medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- c) Que observe a Resolução CONAMA nº 20 de 07/12/1994, ou outra que venha sucedê-la, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruídos no seu funcionamento;
- d) Que forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;
- e) Que realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, do consumo de água e da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- f) Que realize a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua correta destinação conforme legislação local;
- g) Que respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos;
- h) Que preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis segundo disposto na Lei Estadual nº 16.075 de 1º de abril de 2009.

A empresa licitante deverá apresentar para a fase de habilitação a “Declaração de Compromisso de Utilização de Produtos e Subprodutos de Madeira e de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil”, conforme Anexo 13 deste Termo de Referência.

25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**25.1. São obrigações da CONTRATADA:**

25.1.1. Em se tratando de atividades que envolvem serviços de natureza intelectual, após a assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, o gestor do Contrato, o fiscal técnico do Contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

25.1.2. Manter, durante a licitação e a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/edital, em relação às obras e serviços.

25.1.3. Nos casos em que haja a necessidade de execução de entrada de energia em alta tensão, a contratada deverá, na fase de execução, dispor em seu corpo técnico profissional habilitado para a execução de tal serviço.

25.1.4. Nos casos em que haja a necessidade de elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV ou Relatório de Impacto Trânsito - RIT, por exigência dos órgãos responsáveis pela aprovação dos projetos, durante a execução da obra ou sua conclusão, a elaboração do EIV ou RIT será de responsabilidade da empresa Contratada, sem custos para a Contratante.

25.1.5. Nos casos em que haja a necessidade de elaboração de EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental por exigência dos órgãos responsáveis pela aprovação do projeto, durante a execução da obra ou sua conclusão, a elaboração do EIA/RIMA será de responsabilidade da empresa Contratada, sem custos para a Contratante.

25.1.6. A CONTRATADA não poderá subempreitar o total dos serviços a ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto, permitido fazê-lo parcialmente, no limite de 25% (vinte e cinco por cento), para os serviços técnicos não especializados, continuando a responder, porém direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais, sendo necessária a autorização prévia do SEOSP e o cumprimento da Lei Federal Nº. 13.429 de 31/03/2017, a qual dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

25.1.7. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

25.1.8. Responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os equipamentos, inclusive EPI's, EPC's e materiais necessários à segurança do pessoal que trabalha nos serviços, bem como oferecer todas as condições exigidas pelo Ministério do Trabalho, tendo em vista o risco que o tipo de serviço oferece.

25.1.9. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

25.1.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

25.1.11. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o artigo 35, inserido no “ANEXO VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017”, previsto no subitem 6.1, “a” e “b”:

a) O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

b) Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do Contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

25.1.12. Realizar a conclusão contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE.

25.1.13. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

25.1.14. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do Contrato e especialidades pertinentes.

25.1.15. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

25.1.16. Assumir todas as despesas relativas à pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o Contrato, tais como: salários, encargos sociais e trabalhistas, impostos, alimentação de pessoal, deslocamentos de funcionários, equipamentos de proteção individual e coletiva, tributos, seguros, taxas e serviços, licenças em repartições públicas, registros, autenticações do Contrato, todos os tipos de cópias de projetos ou documentos, etc., e ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela CONTRATADA a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a SEOSP.

25.1.17. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

25.1.18. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

25.1.19. Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços, inclusive acidentes de impacto ambiental e social.

25.1.20. Fica para a empresa CONTRATADA, a responsabilidade das instalações hidrossanitárias e elétricas provisórias. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do Contrato.

25.1.21. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, no prazo determinado.

25.1.22. Manter permanentemente na obra um(a) Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a) habilitado(a) tecnicamente para dirigir os trabalhos, bem como para responder por todos os atos praticados pela CONTRATADA, durante a execução dos serviços contratados.

25.1.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

25.1.24. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do Contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.

25.1.25. Transportar/deslocar por sua conta e risco o pessoal, os materiais, equipamentos, veículos ou máquinas necessárias à execução dos respectivos serviços.

25.1.26. Executar o Contrato conforme especificações do Edital de Licitação e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais, instrumentos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade necessárias para execução dos serviços solicitados, em conformidade com o sistema construtivo proposto desde que sustentável no Plano de Trabalho.

25.1.27. Reparar, corrigir, remover ou substituir no total ou em parte, às suas expensas, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

25.1.28. Executar serviços de primeira qualidade utilizando para isto mão de obra de pessoas idôneas, tecnicamente capacitadas e identificadas, de forma que os serviços atinjam o fim especificado.

25.1.29. Dar ciência à SEOSP, através da FISCALIZAÇÃO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, mesmo que estes não sejam de sua competência.

25.1.30. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

25.1.31. A ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO da SEOSP não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas nas leis ou no Contrato, bem como nas normas da ABNT, CONFEA, CREA, INMETRO, CORPO DE BOMBEIROS E DEMAIS REGULAMENTOS OFICIAIS QUE REGEM OS ASSUNTOS VINCULADOS À EXECUÇÃO DO OBJETO.

25.1.32. Atender e repassar, tempestivamente, através de seu preposto/responsável técnico e/ou administrativos, a comunicação das solicitações da SEOSP e/ou do Fiscal do Contrato.

25.1.33. Transportar por sua conta e risco os lixos, entulhos, retirando-os das dependências da obra, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes, seja ocorrido no local de retirada do entulho por sua culpa, ou no trajeto de transporte. Os lixos e entulhos deverão ter sua destinação adequada, observando as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos pela Legislação Municipal e pela Resolução nº 307:2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

25.1.34. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
3. florestas plantadas; e
4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

25.1.35. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual.

25.1.36. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental e social:

- a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- b) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151:2020 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152:2020 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

25.1.37. Conforme Art. 2º da Instrução Normativa do IPHAN, assim como assegurado no Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937; na lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961; e no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, caso sejam identificados quaisquer vestígios arqueológicos na Área Diretamente Afetada pelas obras, o empreendedor deverá se responsabilizar pela conservação desses bens, comprometendo-se a suspender imediatamente os serviços ou atividades na área afetada do empreendimento e comunicar a Superintendência Estadual do IPHAN.

25.1.38. Fazer as anotações dos andamentos da construção em diário de obras. Este diário deverá permanecer no canteiro e ficar disponível todos os dias à fiscalização da SEOSP, ou a qualquer outro órgão oficial de fiscalização que precisar fazer algum tipo de anotação referente à obra ou serviço de engenharia em execução. O diário de obras deverá ser anotado de forma contínua e simultânea à execução da obra ou serviço de engenharia, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto. A não apresentação do diário de obras à fiscalização (entregar o original e não cópias) impedirá o visto nas notas fiscais referentes às medições dos serviços executados no período (para efetuar medições, os serviços deverão estar executados).

25.1.39. Caso o Diário de Obra esteja desatualizado, ou não estiver no canteiro da construção, será aplicada à CONTRATADA uma multa equivalente a 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato em cada uma das vezes que o fato ocorrer.

25.1.40. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados na execução dos serviços.

25.1.41. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

25.1.42. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

25.1.43. A CONTRATADA responderá pela solidez e segurança da obra por 10 anos após sua entrega, sendo 5 anos conforme Art. 618 do Código Civil, e mais 5 anos de garantia estendida, conforme Decreto Estadual nº 10.086/2022, § 7º, Art. 179, devendo paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros. Dessa forma, a CONTRATADA irá refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

25.1.44. Entregar à CONTRATANTE o manual de operação, manutenção e conservação da obra.

25.1.45. Nos termos do Decreto Estadual nº 25.783/2021, a contratada deverá empregar, no percentual mínimo de 2% (dois por cento), mão de obra formada por pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos do sistema prisional.

25.1.46. Cumprimento de cotas de aprendizes, sendo que dentre os(as) aprendizes a serem contratados(as) deverá ser priorizado(a) adolescente entre 14 a 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade e ou risco social, nos termos do art. 53,

caput, incisos I a III, §1º e §2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023.

25.1.47. Afixar em local visível placa de obra elaborada conforme Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras, mantendo-a em bom estado de conservação durante todo o prazo de execução das obras. Incluir, nas placas e adesivos indicativos das obras, o QR Code do aplicativo para o cidadão, disponibilizado pelo TRANSFEREGOV, bem como informações sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras.

25.1.48. Apresentar declaração expressa, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação.

25.1.49. Permitir o livre acesso dos servidores do Ministério do Esporte e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da SEOSP, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas; e insira as informações e os documentos relativos à execução da obra ou serviço de engenharia no TRANSFEREGOV.

25.1.50. Fornecer e instalar, sob suas custas, placa de inauguração de conclusão das obras, e garantir sua conformidade com o Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras, regulamentado e disponibilizado pelo Governo Federal.

25.1.51. Submeter, após a elaboração do Projeto Básico, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas. Sendo vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico, conforme previsto pelo § 3º do art. 46 da Lei nº 14.133/21.

25.1.52. Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. Para esta obrigação será exigida em Edital a apresentação de Declaração na fase de habilitação da licitação.

25.2. São Obrigações da CONTRATANTE:

25.2.1. Exercer a fiscalização dos serviços por intermédio de servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº. 14.133/2021.

25.2.2. Liberar o local e permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para execução dos serviços solicitados; prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

25.2.3. Alocar os recursos financeiros necessários para cobrir as despesas de execução deste Contrato.

25.2.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

25.2.5. Quando for o caso, conferir a formação técnica específica da mão de obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação, expedido por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas ou por tempo de serviço na área registrado em carteira de trabalho.

25.2.6. Exigir da CONTRATADA a imediata correção de serviços mal executados e substituição de materiais, equipamentos e acessórios em desacordo com o especificado.

25.2.7. Exigir que a CONTRATADA mantenha o seu pessoal provido de Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo (EPI's e EPC's, que deverão ser fornecidos pela Licitante Vencedora).

25.2.8. Receber, conferir e atestar a nota fiscal/documentos de cobrança.

25.2.9. Exigir que o Diário de Obra esteja sempre atualizado e disponível no canteiro da obra.

25.2.10. Verificar e exigir a execução das rotinas de serviços estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital de licitação.

25.2.11. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

25.2.12. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

25.2.13. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

a) exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;

c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

25.2.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do Contrato.

25.2.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

25.2.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, *as built*, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

25.2.17. Exigir da CONTRATADA que providencie como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso, a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à CONTRATANTE no art. 119 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

26. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO**26.1. Da Subcontratação**

26.1.1. A CONTRATADA poderá subcontratar parcialmente o objeto deste Contrato em percentual admissível para subcontratação limitado a 25% (vinte e cinco por cento), conforme art. 122 da Lei nº 14133/2021.

Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

26.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, a responsabilidade integral da execução do Contrato é da CONTRATADA assim como a apresentação ao CONTRATANTE de todos os documentos necessários, em especial os documentos para a comprovação da capacidade técnica da subcontratada, da mesma forma, cabe à CONTRATADA realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

26.1.3. Deverá ser respeitada, quando for o caso, a Lei n. 13.429 de 31/03/2017, a qual dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

26.1.4. O contratado deverá apresentar à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente, conforme § 1º do art. 122.

26.1.5. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme § 3º do art. 122.

26.2. Da Participação De Licitantes Sob A Forma De Consórcio

26.2.1. A possibilidade de participação em Consórcio visa possibilitar a participação de empresas com expertises diferentes, ampliando a competitividade do certame, porém os consórcios deverão ser constituídos sob as leis brasileiras.

26.2.2. Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, devendo ser apresentado, para fins de habilitação, a comprovação de Compromisso Público ou Particular de Constituição de Consórcio, subscrito pelos Consorciados e com indicação da Pessoa Jurídica Responsável pelo Consórcio (Empresa Líder), sendo esta, necessariamente, Empresa de Engenharia, atendidas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

26.2.3. Será admitida a participação de licitantes de pessoas jurídicas sob a forma de Consórcio, sendo observadas as condições previstas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (14.133/2021):

Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificativa.

§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

§ 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do **caput** deste artigo.

§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.

§ 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

26.2.4. O Compromisso de Constituição do Consórcio, deverá ser apresentado por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a Empresa Líder e estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo Consórcio, com a indicação do percentual de responsabilidade de cada Membro do Consórcio, bem como a etapa da participação na execução dos serviços a serem contratados. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade CONTRATANTE.

26.2.5. No Consórcio de Empresas Brasileiras e Estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à Empresa Brasileira, observado o disposto no Art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

26.2.6. As Empresas Componentes dos consórcios deverão:

a) atender individualmente aos critérios de qualificação previstos neste Edital relativos à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e aos requisitos contábeis;

b) satisfazer, em conjunto, as exigências de qualificação econômico-financeira;

- c) satisfazer conjuntamente a todos os critérios de qualificação técnica;
- d) comprometer-se a não alterar a constituição ou composição do Consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo aprovação expressa pela CONTRATANTE;
- e) apresentar compromisso de que não se constituem e nem se constituirão, para fins de Consórcio, em pessoa jurídica distinta, e de que o Consórcio não adotará denominação própria, diferente de seus integrantes.

26.2.7. Fica vedada a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um Consórcio e a participação isolada da consorciada, bem como de profissional em mais de uma Empresa, ou em mais de um Consórcio.

26.2.8. A Empresa Estrangeira deverá atender as Resoluções nº 1.137, de 31 de março de 2023, e nº 1.050, de 13 de dezembro de 2013, ambas do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

26.2.9. A Pessoa Jurídica ou Consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente Licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

26.2.10. O prazo de duração do Consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva.

26.2.11. Os Consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do Contrato decorrente desta Licitação, o Instrumento de Constituição e o Registro do Consórcio, aprovado por quem tenha poderes em cada uma das Empresas.

26.2.12. O Contrato de Consórcio deverá observar, além dos Dispositivos Legais e cláusula de Responsabilidade Solidária, as cláusulas do Edital, especialmente as constantes deste item de participação sob a forma de Consórcio.

27. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

A alteração subjetiva deverá ser formalizada através do Termo Aditivo ao Contrato.

28. DA MATRIZ DE RISCO

A Matriz de Risco é um instrumento que tem como objetivo definir as responsabilidades da CONTRATANTE e da CONTRATADA na execução do Contrato.

Constitui peça integrante deste Contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, o ANEXO 4 - MATRIZ DE RISCO.

O termo risco foi designado neste Contrato para designar o resultado objetivo da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento, aleatório, futuro e que independa da vontade humana, e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como uma atividade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.

29. DA VISTORIA

Os licitantes poderão vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento junto ao Estabelecimento de Ensino, pelo telefone (69) 3212-8108.

O agendamento deverá ser feito em até dois dias anteriores à data da abertura da sessão da Concorrência eletrônica.

Ainda que os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante no Anexo 14 deste Termo de Referência.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o licitante vencedor assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Nenhum licitante poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.

30. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Nos termos do Art. 16 da Lei nº 14.133/2021, poderão participar da licitação profissionais organizados sob a forma de cooperativa, desde que:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

31. IMPEDIDOS DE DISPUTAR LICITAÇÃO OU PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DE CONTRATO

Conforme artigo 14 da Lei 14.133/2021, não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

O impedimento de que trata o inciso III será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

32. DOS ANEXOS

ANEXO 1 – INDICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA 0050605884;

ANEXO 2 – RELAÇÃO DE ACERVO DOS PROFISSIONAIS 0050605892;

ANEXO 3 – CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO DE TÉCNICA E PREÇO 0057688160;

ANEXO 4 - MATRIZ DE RISCO (0061736277);

ANEXO 5 - DIRETRIZES DE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS (0061831382);

ANEXO 6 – LAUDO DE VISTORIA DA EDIFICAÇÃO EXISTENTE 0050605967;

ANEXO 7 – ELEMENTOS INSTRUTORES DO ANTEPROJETO:

Anexo 7.1 - ELEMENTOS INSTRUTORES DO ANTEPROJETO (0061831471)

Anexo 7.2 - ANEXOS EIA (0061792237)

Anexo A - Estudo de Custo Estimado de Arena de Esporte

Anexo B - Levantamento de Dados/Literatura

Anexo C - Levantamento topográfico e Cadastral

Anexo D - Manual de Comunicação Visual

Anexo E - Anteprojeto de arquitetura

Anexo F - Memorial Descritivo do anteprojeto de arquitetura

Anexo G - Programa de necessidades

Anexo H - Sondagem de solo

ANEXO 8 - LICENÇAS E APROVAÇÕES (0061766034);

ANEXO 9 – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA 1ª ETAPA:

Anexo 9.1 - Orçamento 1ª Etapa - Planilha Resumo (0061765756)

Anexo 9.2 - Orçamento 1ª Etapa - Planilha Sintética (0061765760)
Anexo 9.3 - Orçamento 1ª Etapa - Composições (0061765761)
Anexo 9.4 - Orçamento 1ª Etapa - Curva ABC insumos (0061765766)
Anexo 9.5 - Orçamento 1ª Etapa - Curva ABC (0061765767)
Anexo 9.6 - Orçamento 1ª Etapa - Encargos (0061765769)
Anexo 9.7 - Orçamento 1ª Etapa - BDI Equipamentos (0061765771)
Anexo 9.8 - Orçamento 1ª Etapa - BDI Geral (0061765773)
Anexo 9.9 - Orçamento 1ª Etapa - Cronograma (0061765775)
Anexo 9.10 - Orçamento 1ª Etapa - Memória de Cálculo (0061765777)
Anexo 9.11 - Relatório de Parametrizações (0061765780)
Anexo 9.12 - Relatório 2 de Parametrizações (0061765785)

ANEXO 10 – PEÇAS TÉCNICAS DO ANTEPROJETO:

Anexo 10.1 - Arq. 01 - Implantação-Locação (0054411193)
Anexo 10.2 - Arq. 02 - Implantação do existente (0054411195)
Anexo 10.3 - Arq. 03 - Planta baixa existente (0054411202)
Anexo 10.4 - Arq. 04 - Planta demolir (0054411198)
Anexo 10.5 - Arq. 05 - Planta construir - térreo (0054411251)
Anexo 10.6 - Arq. 06 - Planta construir - superior (0054411231)
Anexo 10.7 - Arq. 07 - Planta baixa setor A-B - térreo (0054411212)
Anexo 10.8 - Arq. 08 - Planta baixa setor A-B - superior (0054411218)
Anexo 10.9 - Arq. 09 - Planta baixa geral - térreo (0054411268)
Anexo 10.10 - Arq. 10 - Planta baixa geral - arquibancada (0054411221)
Anexo 10.11 - Arq. 11 - Quadro de áreas (0054411297)
Anexo 10.12 - Arq. 12 - Planta de layout - assentos da arquibancada (0054411273)
Anexo 10.13 - Arq. 13 - Planta baixa setor C (0054411287)
Anexo 10.14 - Arq. 14 - Planta baixa setor D e E (0054411284)
Anexo 10.15 - Arq. 15 - Planta baixa setor F (0054411656)
Anexo 10.16 - Arq. 16 - Planta baixa campo de futebol (0054411332)
Anexo 10.17 - Arq. 17 - Planta de cobertura (0054411316)
Anexo 10.18 - Arq. 18 - Cortes gerais (0054411343)
Anexo 10.19 - Arq. 19 - Cortes setor C (0054411312)
Anexo 10.20 - Arq. 20 - Cortes setor D e E (0054411320)
Anexo 10.21 - Arq. 21 - Cortes setor F (0054411321)
Anexo 10.22 - Arq. 22 - Fachadas setor C, D e E (0054411336)
Anexo 10.23 - Arq. 23 - Fachadas setor A, B e F (0054411322)
Anexo 10.24 - Arq. 24 - Planta baixa estacionamento (0054411346)
Anexo 10.25 - Arq. 25 - Planta baixa, layout e isométrico praça (0054411362)
Anexo 10.26 - Arq. 26 - Cortes e imagens praça da castanheira (0054411329)
Anexo 10.27 - Arq. 27 - Detalhe banheiros setor C (0054411334)
Anexo 10.28 - Arq. 28 - Imagens sugeridas (0054411672)
Anexo 10.29 - Arq. 29 - Locação da 1ª etapa (0054411341)
Anexo 10.30 - Acess. 01 - Planta baixa - térreo parte 03 (0054416296)
Anexo 10.31 - Acess. 02 - Planta baixa - térreo parte 01 (0054416324)
Anexo 10.32 - Acess. 03 - Planta baixa - térreo parte 02 (0054416307)
Anexo 10.33 - Acess. 04 - Planta baixa - térreo parte 04 (0054416317)
Anexo 10.34 - Acess. 05 - Detalhes gerais (0054416337)
Anexo 10.35 - Acess. 06 - Detalhes rampas (0054416338)
Anexo 10.36 - Acess. 07 - Detalhes rampas (0054416340)
Anexo 10.37 - Acess. 08 - Identificação banheiros (0054416341)
Anexo 10.38 - Acess. 09 - Barras banheiros (0054416343)
Anexo 10.39 - Acess. 10 - Planta baixa - sup. camarotes (0054416344)
Anexo 10.40 - Canteiro de obras 01 - Vestiários e wc's (0054416752)
Anexo 10.41 - Canteiro de obras 02 - Almox. e refeitório (0054416766)
Anexo 10.42 - PPCIP 01 - Setor A e B - térreo (0054418135)
Anexo 10.43 - PPCIP 02 - Setor A e B - superior (0054418140)
Anexo 10.44 - Elét. 01 a 10 (0061784808)
Anexo 10.45 - Est. 01 e 02 - Base do reservatório (0054459473)
Anexo 10.46 - Est. 01 a 03 - Contenção (0054459487)

Anexo 10.47 - Est. 01 a 03 - Elevador (0054459500)
Anexo 10.48 - Est. 01 - Marquise (0054459506)
Anexo 10.49 - Hid. 01 e 02 - Instalações hidráulicas AF (0054462425)
Anexo 10.50 - San. 01 e 02 - Instalações sanitárias (0054462435)
Anexo 10.51 - Dren. 01 - Drenagem águas pluviais (0054462442)
Anexo 10.52 - Arq. 1ª Etapa Prancha 01 (0057682219)
Anexo 10.53 - Arq. 1ª Etapa Prancha 02 (0057682225)
Anexo 10.54 - Arq. 1ª Etapa Prancha 03 (0057682234)
Anexo 10.55 - Arq. 1ª Etapa Prancha 04 (0057682245)
Anexo 10.56 - Arq. 1ª Etapa Prancha 05 (0057682253)
Anexo 10.57 - Arq. 1ª Etapa Prancha 06 (0057682259)
Anexo 10.58 - Arq. 1ª Etapa Prancha 07 (0057682270)
Anexo 10.59 - Arq. 1ª Etapa Prancha 08 (0057682276)
Anexo 10.60 - Arq. 1ª Etapa Prancha 09 (0057682283)
Anexo 10.61 - Arq. 1ª Etapa Prancha 10 (0061765510)
Anexo 10.62 - Arq. 1ª Etapa Prancha 11 (0061765513)
Anexo 10.63 - Arq. 1ª Etapa Prancha 12 (0061765515)
Anexo 10.64 - Arq. 1ª Etapa Prancha 13 (0061765519)
Anexo 10.65 - Arq. 1ª Etapa Prancha 14 (0061765520)
Anexo 10.66 - Arq. 1ª Etapa Prancha 15 (0061765526)
Anexo 10.67 - Arq. 1ª Etapa Prancha 16 (0061765528)
Anexo 10.68 - Arq. 1ª Etapa Prancha 17 (0061765530)
Anexo 10.69 - Arq. 1ª Etapa Prancha 18 (0057682358)
Anexo 10.70 - Arq. 1ª Etapa Prancha 19 (0057682362)
Anexo 10.71 - Arq. 1ª Etapa Prancha 20 (0057682366)
Anexo 10.72 - Memorial descritivo do anteprojeto (0057690567)
Anexo 10.73 - Declaração de Acessibilidade (0061766716)
Anexo 10.74 - Anteprojeto de Climatização (0061766752)
Anexo 10.75 - Memorial Descritivo PPCIP (0061766759)
Anexo 10.76 - Anteprojeto de Subestação (0061766785)
Anexo 10.77 - Especificações Técnicas Estrutura Metálica (0061766811)
Anexo 10.78 - Especificações Técnicas Concreto Armado (0061766812)
Anexo 10.79 - Anteprojeto Torres de Iluminação (0061766839)
Anexo 10.80 - Responsabilidades técnicas (0061786000)

ANEXO 11 – CONTRATO DE REPASSE:

Anexo 11.1 - PROPOSTA DE CONTRATO DE REPASSE (0050606052)
Anexo 11.2 - CONTRAPARTIDA CONTRATO DE REPASSE (0050608098)
Anexo 11.3 - CONTRATO DE REPASSE (0051295977)
Anexo 11.4 - PUBLICAÇÃO DO CONTRATO DE REPASSE (0051295987)
Anexo 11.5 - EXTRATO DO CONTRATO DE REPASSE (0051296125)

ANEXO 12 – MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E CAPACIDADE OPERACIONAL FINANCEIRA 0050606184;

ANEXO 13 – MODELO DA DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE MADEIRA E DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL 0050613553;

ANEXO 14 – MODELO TERMO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES LOCAIS (VISTORIA) (0050615219);

ANEXO 15 – CÁLCULO DE PONTUAÇÃO (0057691467);

ANEXO 16 – MODELO DE TERMO DE CESSÃO DOS DIREITOS AUTORAIS 0050619136;

ANEXO 17 – MODELO DA CARTA PROPOSTA DE PREÇO 0050621955;

ANEXO 18 – MODELO DA PLANILHA PARA CÁLCULO DO BDI 0050621961;

ANEXO 19 – DECLARAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 0061834020.

Elaborado por:

DAVI MARTINS GONÇALVES

Assessor VIII

Revisão e Validação

CÁSSIA VIRGINIA MACEDO CARNEIRO

Coordenadora Substituta de Projetos e Orçamentos - SEOSP/RO

Portaria nº 379 de 09 de junho de 2025 (0061040858)

Autorizado por:

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

Secretário de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP/RO



Documento assinado eletronicamente por **Davi Martins Goncalves, Assessor(a)**, em 03/07/2025, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA, Secretário(a)**, em 03/07/2025, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **CASSIA VIRGINIA MACEDO CARNEIRO, Coordenador(a)**, em 03/07/2025, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061434934** e o código CRC **148F5181**.

Referência: Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0069.001787/2024-18

SEI nº 0061434934